IIEB

Quem somos e o que fazemos

2001

Ficha Técnica

Presidente
André Loubet Guimarães

Conselho Diretor
Bruno Pagnoccheschi
Agência Nacional de Águas (ANA)
Fernando Antônio Lyrio da Silva
Consultor legislativo no Senado Federal
Luis Carlos Ros Filho
World Resources Institute (WRI)
Maristela Bernardo
Assessora da senadora Marina Silva (PT-AC)
Paul Little
Universidade de Brasília (UnB)
Robert Buschbacher
Universidade da Flórida

Comitês de Seleção e Avaliação
PNS, Padis e Mudaclima:
Representantes das instituições financiadoras, instituições governamentais e não-governamentais de meio ambiente.

Pronegócios:
Representantes das instituições financiadoras, instituições governamentais, não-governamentais de meio ambiente e do setor privado.

Secretaria Executiva
Maria José Gontijo

Coordenadores de Programas
Janilda Cavalcante
Programa Natureza e Sociedade (PNS)
Leila Soraya Menezes
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável (Padis)
Hans Dorresteijn
Programa de Negócios Sustentáveis (Pronegócios) e Programa de Mudanças Climáticas (Mudaclima)

Gerência Institucional
Camila Pinheiro de Castro
Gerente Institucional
Iris Magalhães
Assistente Administrativo
Rita Martins
Auxiliar Administrativo

Coordenação Financeira
Filomeno Martinho Xavier
Coordenador Financeiro
Wladia Brito
Auxiliar financeiro
Eliel de Lima
Auxiliar financeiro

Estagiária
Lidiane Rocha de O. Melo
Helen Karen Jones
Gabriela Borges Antunes

Editora responsável
Renata Farhat Borges

Coordenação editorial
Noelma Brocanelli

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica
Alfredo Carracedo Castillo

Ilustrações
Taísa Borges

Revisão
Izabel Moraes Baio

Editora Fundação Peirópolis
Rua Girassol, 128 – Vila Madalena
05433-000 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: (55 11) 3816-0699
fax: (55 11) 3816-6718
***e-mail:* editora@editorapeiropolis.com.br**
www.editorapeiropolis.com.br

Aos parceiros, amigos e colaboradores,

É com imensa satisfação e com muito orgulho que tornamos público o primeiro relatório de atividades da nossa organização.

Nascemos como uma organização brasileira, em 1998, mas foi em 2000 e 2001 que enfrentamos nossos maiores desafios. Durante dez anos, administramos um único programa financiado pela United States Agency for International Development (USAID). Em 2000, o Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB passou a administrar quatro programas simultaneamente.

Nossa relação de dez anos com a State University of New York (SUNY) permitiu-nos acumular uma experiência rica e singular, além de muita credibilidade em capacitação na área ambiental no Brasil. Esse trabalho nos possibilitou fazer parcerias e construir relações muito sólidas com doadores, instituições e, principalmente, com pessoas.

O apoio da Embaixada dos Países Baixos no Brasil, juntamente com os recursos de longo prazo recebidos da USAID, nos proporcionaram um crescimento rápido e sólido e proporcionou-nos a conquista de capilaridade com as organizações com as quais estamos gerando e acumulando metodologias de desenvolvimento institucional para espaços públicos socioambientais.

Nossas ações conjuntas com o Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis (IBENS) e a Earth University possibilitaram-nos uma aproximação com a área de negócios sustentáveis. Com o ProManejo, o Imazon e vários outros parceiros, pudemos ampliar nosso trabalho com manejo florestal comunitário. Com o WWF Brasil, nosso parceiro desde 1996, contribuímos para a formação de alguns expoentes da área ambiental.

Contamos também com uma rede de amigos e de colaboradores, todos profissionais de alto nível, que cooperaram conosco em todos os programas desde a concepção até a execução. Creditamos todo o sucesso do nosso trabalho a essas relações, pois nunca teríamos chegado até aqui se não fosse por esse patrimônio cultivado ao longo dos anos.

Acreditamos que a educação é indispensável para a conquista de uma sociedade sustentável. Por isso o IIEB atua na construção de capital humano e acredita que assim poderá ajudar o País a trilhar o caminho para uma sociedade que prospera estável e continuadamente.

Com os recursos atuais, o IIEB é capaz de atingir somente uma pequena parcela da demanda, mas a qualidade de nosso trabalho e a experiência que estamos adquirindo fazem a diferença. Trabalhar na ampliação da capacidade humana das organizações e no treinamento de técnicos e lideranças comunitárias tem efeitos multiplicadores consideráveis que vão além dos objetivos imediatos previstos. Permitem a inclusão de temas socioambientais nas agendas de pesquisa, na formulação de políticas e, principalmente, a geração de sinergia entre diferentes organizações. Alcançam também impactos positivos no uso sustentável dos recursos naturais e no combate à pobreza. Os benefícios do treinamento também se mostram efetivos quando os que foram treinados alcançam posições estratégicas, podendo influir na definição e implementação de políticas públicas.

Nossa organização trabalha com afinco para construir sua sustentabilidade e credibilidade. Assim, contando com uma equipe competente e incansável, com uma rede de colaboradores construída nesses dez anos de trabalho, com os acúmulos das nossas experiências no campo ambiental e social, com disponibilidade de informações em banco de dados próprio e com infra-estrutura e equipamentos adequados, continuaremos a propor alianças, sinergias, parcerias e a buscar financiadores que possam contribuir com a consolidação, o crescimento e a continuidade dos nossos programas.

Finalmente, dando prosseguimento ao cumprimento de nossa missão, prestamos conta dos resultados das nossas ações no ano de 2001 aos que compartilham de nossos princípios e a todos os interessados em valorizar o meio ambiente.

Maria José Gontijo
Secretária-Executiva

Sumário

6 **O IIEB**
Instituto Internacional
de Educação do Brasil

19 **PNS**
Programa Natureza e Sociedade

26 **PRONEGÓCIOS**
Programa Negócios Sustentáveis

30 **MUDACLIMA**
Programa Mudanças Climáticas

33 **PADIS**
Programa de Apoio
ao Desenvolvimento
Institucional e Sustentável

GERÊNCIA INSTITUCIONAL 78

PARECER DOS AUDITORES 81

BALANÇO PATRIMONIAL 82

PARCEIROS 88

O IIEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB é uma associação civil brasileira, sem fins lucrativos, que atua nas áreas educacional, acadêmica, cultural e assistencial.

A missão do IIEB é promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca do desenvolvimento sustentável, conservação da biodiversidade e redução da pobreza.

Com ampla experiência na organização e fomento de programas de instrução e capacitação, o IIEB desenvolve atividades de apoio científico e acadêmico, promovendo o intercâmbio de especialistas, estudantes, técnicos, pesquisadores, lideranças comunitárias e profissionais que, de alguma forma, estão envolvidos com a área ambiental.

O IIEB vem preenchendo um espaço na comunidade ambiental brasileira atendendo à crescente demanda por apoio à capacitação técnica e fortalecimento institucional de organizações dos setores público e privado. Também executa ações que visam melhorar a habilidade de articulação e atuação dessas organizações na Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Cerrado.

Partindo do princípio de que os objetivos do desenvolvimento sustentável e sua permanência no tempo não resultam de ações isoladas, mas da sinergia de um conjunto delas, o IIEB tem assim procurado aumentar o impacto dos treinamentos com a reunião desses atores, com o fomento de parceria entre eles, com o fortalecimento dos espaços públicos de tomada de decisões, com a qualificação dos recursos humanos e com a promoção de eventos para discussão de políticas públicas.

O IIEB parte da premissa de que o desenvolvimento sustentável só será possível se a sociedade civil ampliar sua participação na formulação, negociação, controle, gestão e execução de políticas públicas.

Dessa forma, o trabalho do IIEB busca contribuir com a formação de um modelo de crescimento equilibrado para o País que tenha como base a utilização dos recursos naturais de forma sustentável.

Equipe do IIEB (da esquerda para a direita, de baixo para cima): Leila Soraya Menezes, Filomeno Martinho Xavier, Maria José Gontijo, Janilda Cavalcante, Hans Dorresteijn, Eliel de Lima, Rita Martins, Camila Pinheiro de Castro e Wladia Brito.

Histórico

O Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB, sediado em Brasília, foi criado em 1998, em conseqüência da necessidade de dar uma forma institucional à cooperação que a USAID vinha desenvolvendo desde 1989 nesta área, por intermédio da State University of New York (SUNY) e o World Wildlife Fund (WWFUS). O enfoque dessa cooperação americana era, e continua sendo, a capacitação de brasileiros na área ambiental por meio de cursos e pesquisas dentro e fora do País. Essa ação é executada no âmbito do Programa Natureza e Sociedade.

Em 2000, o IIEB assinou um contrato com a Embaixada do Reino dos Países Baixos para a realização do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável (Padis), que procura dar uma solução "tailor made" ao desenvolvimento institucional de ONGs ambientalistas, órgãos governamentais e setor privado que atuam em conjunto para o enfrentamento dos desafios socioambientais de modo sustentável.

No ano de 2001, a cooperação entre a Embaixada e o Instituto foi ampliada, estendendo-se também em apoio institucional ao IIEB. Este novo contrato, além de manter o apoio ao PADIS, deu início aos programas Pronegócios e Mudaclima e assegurou a participação da Embaixada no Programa Natureza e Sociedade.

Cursos de aperfeiçoamento e capacitação realizados pelo IIEB

O IIEB oferece, periodicamente, vários cursos de aperfeiçoamento e capacitação. São treinamentos que usam uma abordagem acadêmica multidisciplinar, permitindo aos alunos analisar e testar ferramentas jurídicas, econômicas e de comunicação. São oferecidos a técnicos dos setores público e privado, assim como a acadêmicos e membros de organizações não-governamentais com atividades na área ambiental.

No ano de 2001, foram oferecidos os seguintes cursos:

IV Curso de Aperfeiçoamento em Política Ambiental

Tem como objetivo proporcionar aos especialistas selecionados a oportunidade de estudar a política ambiental brasileira como uma política pública, considerando suas inter-relações com os sistemas físico e biológico, político e social. Por isso, o foco é a política executada no Brasil, suas repercussões internacionais, e as inovações e os instrumentos disponíveis para a formação, implementação e avaliação dessa política ambiental. O curso mantém um quadro de professores e facilitadores, em sua maioria oriundos de universidades federais brasileiras e órgãos governamentais.

Espera-se que os participantes conscientizem-se da necessidade e dos princípios das políticas de desenvolvimento sustentável, conheçam os fundamentos e a dinâmica da política ambiental brasileira e adquiram capacidade de entender e participar de debates sobre este tema, contribuindo para o aperfeiçoamento de sua formulação, implementação e avaliação.

A metodologia do curso está estruturada em torno de duas abordagens pedagógicas. A primeira delas utiliza palestras realizadas por especialistas das respectivas áreas. A segunda técnica utilizada corresponde a trabalhos de grupos, organizados a partir da escolha de temas definidos pelos estudantes, com orientação de facilitadores. Os grupos de trabalhos pesquisam e propõem políticas públicas em torno das temáticas escolhidas.

O IV Curso de Política Ambiental realizou-se em Brasília, DF, nos períodos de 23 a 29 de setembro (primeira fase) e de 28 de outubro a 4 de novembro de 2001 (segunda fase), e contou com a participação de 26 profissionais da área ambiental, selecionados a partir de um total de 176 candidatos. São eles:

Antonia do Socorro Pena da Gama
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Elaine Castelo Branco Souza
Ministério Público do Estado do Pará

Élio Schefller
Ação Ecológica Guaporé – Ecoporé – projeto Campanha de Valorização das Reservas Legais e Matas Ciliares

Eunice Elisete Gugelmin
Prefeitura Municipal de Nobres

Fani Mamede
Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/PRONAF)

Fernanda do Socorro Santos Ferreira
Instituto Ecológica

Francisco de Assis Sobrinho
Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO)

Gláucia Helena Fernandes Seixas
Instituto de Meio Ambiente – Pantanal, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Turismo e Cultura

José Augusto De Castro Tosato
Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES)

José Ferraz da Silva
Bahia Sul Celulose S/A

Josélio Riker
Casa Familiar Rural de Uruará

Juliana Dalboni Rocha
Cooperativa dos Trabalhadores Ambientalistas de Alagoas (COOTRAM)

Lívia Isabele Mayer Blaskevicz
Presidência da República – Gabinete de Segurança Institucional

Maria Alice Corrêa Tocantins Resende
Gerência do Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO)

Marcelo Oliveira Lacerda
Ministério do Meio Ambiente

Mario Edson G. Carvalho
Prefeitura de São Gonçalo

Maurício João da Silva
Comercial e Agrícola Paineiras LTDA (Grupo Suzano de Papel e Celulose)

Myriam Jacqueline Villarreal
Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE)

Newton Marcelo Nascimento dos Santos
Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)

Roberto Hoffmann Palmieri
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

Rodrigo Borges Santana
Câmara Municipal de Goiás

Rodrigo Hermeto Corrêa Dolabella
EMATER

Rosa Maria Roldan S. Isabel
Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Sanderson Alberto Medeiros Leitão
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

Soraya Vanini Tupinambá
Instituto TERRAMAR

Ticiana Imbroisi
Instituto Socioambiental (ISA)

Disciplinas oferecidas e temáticas abordadas pelo curso de Política Ambiental

Tópico	Horas/aula
MÓDULO I: A Problemática Ambiental	
1. Principais ideologias de desenvolvimento	4
2. Conceitos básicos de Ecologia Política	4
3. Os problemas ambientais contemporâneos	
3.1. Agenda verde	4
3.2. Agenda marrom	4
3.3. População e meio ambiente	4
MÓDULO II: Políticas Públicas e Seus Atores Sociais	
1. Introdução às políticas públicas	4
2. Política ambiental como política pública	4
3. Políticas de desenvolvimento sustentável	4
4. Principais atores na política ambiental brasileira	8
5. Princípios de economia ecológica	8
MÓDULO III: Política Ambiental no Brasil e no Mundo	
1. Fundamentos de direito ambiental	8
2. Política nacional de meio ambiente	
2.1. Sistema nacional de meio ambiente	
2.2. Instrumentos utilizados	8
2.3. Estudo de caso: Zoneamento	4
3. Políticas setoriais na sua dimensão ambiental	
3.1 Setor Agrícola/Fundiária	4
3.2. Setor Urbano/Regional	4
3.3. Recursos Hídricos	4
4. Governança ambiental no mundo globalizado	4
MÓDULO IV: Conflitos Socioambientais	
1. Processos de resolução de conflito socioambiental	18
MÓDULO V: Atividades em Grupo	
1. Apresentações individuais das atividades e/ou projetos dos participantes	6
2. Trabalho em grupo sobre um tema específico	26
3. Apresentação dos resultados em plenária	6
TOTAL	140

No ano de 2001, as temáticas abordadas pelos Grupos de Trabalho foram:

Temáticas	Trabalhos desenvolvidos
Recursos Hídricos	Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: Especificidades Regionais e Desafios dos Processos Participativos
Políticas Municipais e Movimentos Sociais	Agenda 21 Local no Brasil: Utopia versus Realidades
Política Ambiental	Desafios da Gestão Ambiental nos Municípios
Gestão Ambiental e Áreas Protegidas	Eco-humanização do Processo de Regularização Fundiária
Agricultura Sustentável e Florestal de Uso Sustentável do Solo	O Papel das Minorias na Construção de um Novo Modelo

II Curso de Aperfeiçoamento em Direito Ambiental

O curso visa preparar advogados e demais profissionais, que trabalham na área jurídica pública e privada, para a obtenção de resultados efetivos em ações ambientais, melhorando, assim, a utilização da legislação ambiental no País. Os participantes têm a oportunidade de conhecer as ferramentas jurídicas disponíveis para a preservação do meio ambiente bem como as formas e a conveniência de sua utilização.

Os participantes estarão aptos a entender melhor o panorama da conservação da natureza e os sistemas nacional e regional de política ambiental. Conseguirão avaliar as áreas de ação prioritária por terem desenvolvido uma visão estratégica do processo e dos instrumentos jurídicos de proteção ambiental, incluindo mecanismos de prevenção e repressão às infrações e crimes ecológicos.

O II Curso de Direito Ambiental realizou-se em Belém, PA, no período de 2 a 9 de dezembro de 2001, e contou com a participação de 30 profissionais da área ambiental, selecionados a partir de um total de 57 candidatos. São eles:

Adauto Gonçalves dos Santos
Argonautas Associação Ambientalista da Amazônia

Albely Miranda Lobato
Ministério Público do Estado do Pará

Alcione Cristina Costa Sousa
Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Alex Nunes de Figueiredo
Ministério Público do Estado de Rondônia

Antônia do Socorro Pena da Gama
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

Cassiana de Aben-Athar Pires Gomes
Sociedade Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

César Augusto D'Arruda
Fundação Estadual do Meio Ambiente

Edvaldo de Azevedo Souza
Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Edvaldo Souto da Silva
Jupará Assessoria para o Desenvolvimento Agroecológico de Comunidades Rurais

Erika Borba Breyer
Companhia Hidroelétrica do São Francisco

Fernando Albertoni Bilóia da Silva
Polícia Militar do Pará – Batalhão de Policiamento Ambiental

Francine Damasceno Pinheiro
Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais

Girolamo Domenico Treccani
Fase Projeto Gurupá

José Lincoln Trigo Delgado de Almeida
Associação dos Advogados de São José dos Campos – Câmara do Meio Ambiente

José Maria Costa Lima Júnior
Ministério Público do Estado do Pará

José Messias Gomes de Melo
Polícia Militar do Pará – Batalhão de Policiamento Ambiental

Keyla Carvalho de Albuquerque
Ministério Público do Estado do Pará

Léa Cristina M.da Rocha
Ministério Público do Estado do Pará

Liana da Silva Rodrigues
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

Marcelo Moreira dos Santos
Ministério Público do Estado do Amapá

Márcia Guerra Monteiro
Universidade Federal de Minas Gerais

Márcio André Facin
Brigada Militar do Rio Grande do Sul

Maria Cecília Filipini
Conselho Indigenista Missionário

Maria Dioneide Costa
Centro de Defesa dos Direitos Humanos Raízes e Asas

Maria Trindade Gomes Ferreira
Comissão Pastoral da Terra Araguaia

Othon Fialho Blessmann
Ecotrópica – Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos

Quintino Farias da Costa Júnior
Ministério Público do Estado do Pará

Richarles Caetano Rios
Campo Vale – Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha

Tatiana Brito Guimarães
Universidade Federal do Pará

Viviane Lobato Sobral
Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Disciplinas oferecidas pelo curso de Direito Ambiental	
As aulas foram divididas em oito módulos, com palestras e discussões em grupo:	
Tópico	**Horas/aula**
Noções de Conservação Ambiental	4
Princípios Gerais de Direito Ambiental	4
Política Nacional do Meio Ambiente	8
Biodiversidade	8
Bens Ambientais	8
Áreas Protegidas	8
Poluição	4
Responsabilidade por danos ambientais	16
TOTAL	60

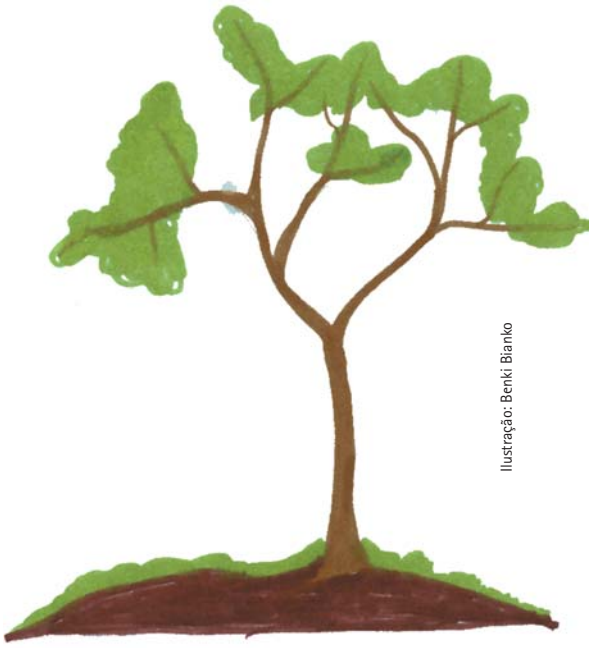


Ilustração: Benki Bianko

V Curso de Comunicação e Meio Ambiente

Um dos importantes meios de promover a formação e a participação da sociedade nas questões ambientais é a imprensa. Por seu caráter informativo, opinativo e formativo, esse instrumento é indispensável para técnicos e gestores nos vários projetos ambientais do Brasil. Com o objetivo de proporcionar uma visão das várias mídias existentes e disponíveis aos profissionais brasileiros bem como do público a que se destinam, o IIEB, em parceria com o WWF/Brasil, oferece este curso. Ele explica quais são as ferramentas de comunicação disponíveis no mercado, os diferentes públicos a que se destinam, como e quando usá-las corretamente.

Os participantes serão capazes de entender os cenários presentes e futuros da comunicação, de compreender o processo de comunicação das organizações, de mapear os principais públicos-alvo, de manejar as ferramentas de comunicação existentes, de conhecer e debater novas e velhas mídias e de melhorar a relação de sua instituição com os jornalistas.

A metodologia utilizada consiste em aulas teóricas divididas em módulos e complementadas com leituras e oficinas práticas de rádio, TV, Internet e releases. No final do curso, os participantes são divididos em cinco grupos com a finalidade de criar um plano de comunicação dirigido a uma instituição escolhida.

O V Curso de Comunicação e Meio Ambiente realizou-se em Brasília, no período de 12 a 16 de outubro de 2001, e contou com a participação de 24 profissionais, na sua maioria técnicos de organizações governamentais e não-governamentais, de empresas privadas e instituições acadêmicas, cujas atividades atuais estão diretamente relacionadas a projetos ambientais. O IIEB recebeu um total de 82 candidatos. Os participantes do curso são:

Adriana de Araújo Maximiano
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Ana Luzinete Pereira da Silva
Grupo de Assessoria Técnica e Estudos em Habitação e Urbanismo – Terra e teto

André Gualda e Oliveira
Programa-piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)

Ansleíria Rodrigues Ferreira
Diocese de Santarém/Projeto Rádio pela Educação

Carlota Cristina da Silva Brito
Museu Paraense Emílio Goeldi (MCT)

Dagoberto Arraes Gutemberg de Oliveira
IBAMA

Dermeval Gervásio de Oliveira
Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN)

Elaine Souza Resende
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Fabiana Cerqueira Nogueira de Sá
Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes (PMJG)

Giselda Maria de Castro Lima
Instituto TERRAMAR

Gláucio Teixeira Brandão
Prefeitura Municipal de São Gonçalo

Heloiza Beatriz Cruz dos Reis
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Krisba Leitão Vieira
Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo (SEFE)

Márcia Soares da Silva
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)

Maria do Socorro de Andrade Silva
Museu Paraense Emílio Goeldi

Mauricilia Pereira da Silva
Embrapa Acre

Mércia Deline Macêdo da Silva
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)

Narcelio Robson de Melo
Instituto Pró-Desenvolvimento Integrado e Sustentável

Oscar Hernan Artaza Barrios
Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB)

Paulo Sérgio Maroti
Associação Amigos do Jataí

Pedro Lima Rodrigues
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Priscila Mendes Zidan
Instituto de Engenharia Nuclear

Rúbia Resende Martins
Prefeitura Municipal de Mineiros/Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Cultura e Turismo

Victoria Von Heuss - Bloesst
Ministério do Meio Ambiente

Conteúdos dos contemplados no curso Ferramentas da Comunicação

A Comunicação hoje e no futuro próximo: impactos e tendências

Notícia jornalística: O que é notícia? Como divulgar? A relação jornalista X fonte. Como lidar com fatos incômodos e notícias incorretas;

O planejamento da Comunicação – papel e funcionamento da Assessoria de comunicação; a Comunicação do WWF.

Mídia impressa: Tipos de veículo, como funcionam as redações de jornal, o que é notícia para a grande imprensa.

Rádio: Importância da rádio como formadora de opinião, tipos e funcionamento das emissoras e de programação jornalística, a construção de imagens com palavras e sons.

Televisão: As principais emissoras e redes de TV, os principais telejornais e outros programas jornalísticos, a imagem e o movimento na TV, o horário e o tempo na TV.

Internet: o website, os veículos on line, espaço e tempo na rede.

Oficinas de texto, rádio, TV e Internet.

A visão do jornalista sobre a cobertura da área ambiental.

Diagnóstico e planejamento da comunicação: estratégia, objetivos e metas, públicos-alvo, produtos e eventos, avaliação.

II Curso Ferramentas Econômicas para a Conservação de Ecossistemas Tropicais

Esse curso foi desenhado para discutir ações e alternativas que incorporam conceitos econômicos e ecológicos, de modo a superar os obstáculos que nos separam do paradigma de desenvolvimento sustentável. Diante deste desafio, o Curso oferece as ferramentas de análise econômica que permitam entender como e por que os ecossistemas são fragmentados e o meio ambiente é degradado. A idéia é propor alternativas de uso dos recursos naturais que sejam ambiental e economicamente viáveis.

No ano de 2001, a iniciativa do II Curso de Ferramentas Econômicas ficou a cargo do IIEB, em parceria com Conservation Strategy Found (CSF) e Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB).

O curso engloba aulas teóricas, palestras, análises de casos, visitas de campo e dinâmica de grupo. Os participantes recebem treinamento em teoria econômica e aprendem aspectos aplicados de economia ambiental, sempre com ênfase nos problemas brasileiros.

É oferecido a profissionais da área ambiental, cujas atividades estejam diretamente ligadas à conservação do meio ambiente e cujas decisões tenham impacto direto ou indireto sobre o gerenciamento de recursos naturais.

O II Curso de Ferramentas Econômicas para a Conservação dos Ecossistemas Tropicais no Brasil realizou-se em Itacaré/BA, no período de 15 a 30 de novembro de 2001. Participaram do curso 20 profissionais de todo o País, selecionados dentre um total de 75 candidatos. São eles:

Alexandre Gori Maia
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Amilcar Barbosa da Rocha
Associação Ambientalista Baiacu de Espinhos

Átila Kaiser Coutinho
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) e Instituto Ecoplan (OSCIP)

Cristina Adams
Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos - Instituto de Biociências, USP

Cristina Ebersbach Aznar
Federação das Associações de Recuperação Florestal do Estado de São Paulo (FARESP)

Eduardo Marcelino Ventura Veado
Associação Pró-Estação Biológica de Caratinga (ApEBC)

Eloína Neri de Matos
Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB)

Gerardo Angel Bressan Smith
Centro de Recursos Ambientais (CRA)

José Carlos da Costa Rodrigues
Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

José Carlos Grin
Associação Trescoroense de Proteção ao Ambiente Natural (ASTEPAN)

Kelly Elaine dos Santos
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário
Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica

Marcelo Zamboni Hildebrand
IESB

Marcos Rodolfo Amend
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Maria Letícia de Souza Paraíso
Secretaria do Meio Ambiente

Marta Costa dos Santos
Empresa de Câmbio e Turismo (EMCAMTUR)

Myriam Mousinho Furtado Gomes
Conservation International do Brasil

Nelson de Almeida Junior
Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Corumbá (SEMATUR)

Renato Magalhães de Oliveira Souza
Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP)

Rogerio Vargas Motta
Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé

Os conteúdos do II Curso de Ferramentas Econômicas	
Tema	**Conteúdo**
Microeconomia	- Conceitos introdutórios - Estudo de caso: ilustrando a relação entre economia e conservação - Falhas do mercado e Desconto - Debate: Políticas macroeconômicas e a conservação
Economia de recursos florestais	- Introdução, conceitos fundamentais - Estudo de caso: Concessões florestais - Desenvolver propostas para a política florestal - Produtos florestais não-madeireiros: instrumentos econômicos - Certificação - Visita de campo: floresta de piaçava - Desenvolver estratégia para conservar florestas de piaçava
Valoração ambiental	- Introdução: usos e limitações das técnicas de valoração - Métodos de valoração: custo de viagem, valoração contingente, preços hedônicos etc. - Métodos de valoração
Análise de custo/benefício	- Introdução, conceitos básicos - Estudo de caso: Análise de custo/benefício sobre o Ecoparque de Una - Visita de campo: Avaliação econômica de um investimento conservacionista: o Ecoparque de Una
Estratégias de Negociação utilizando dados econômicos	- Estudo de caso: Fortalecimento social como instrumento de intervenção em políticas públicas: o caso de Maraú

V Oficina de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia

Estudos recentes apontam o manejo florestal como alternativa de desenvolvimento rural para a região Amazônica. Esta é também uma alternativa que torna compatível os benefícios vindos da produção florestal com a manutenção dos serviços florestais. Porém, o desenvolvimento rural só será possível se vier acompanhado de avanços socioambientais e econômicos relacionados com as comunidades.

As oficinas de Manejo Florestal nasceram da necessidade de se criar um espaço de interlocução entre projetos de manejo florestal comunitários atuantes na Amazônia. Este fórum representa uma iniciativa inovadora com o objetivo de reunir e compartilhar experiências e conhecimentos locais e pensar soluções para problemas comuns enfrentados pelas comunidades no uso comunitário dos recursos florestais.

A V Oficina de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia foi realizada pelo IIEB em parceria com a FASE Gurupá, com apoio do ProManejo (PPG7). A oficina aconteceu em Gurupá, PA, no período de 26 a 21 de agosto de 2001.

Dentre os tópicos discutidos durante a V Oficina, destacam-se: oportunidades de mercado para o MFC; certificação florestal para o MFC; relação de gênero no MFC; aspectos legais do MFC; análises das atividades e resultados dos projetos de MFC; relações comunidades

versus entidades de apoio; e alternativas de atividades extrativistas, tais como apicultura e artesanato com restos de madeira.

O evento contou com a participação de 48 pessoas, dentre as quais representantes técnicos e comunitários dos projetos, além de financiadores e empresários. São eles:

Almir Flesca de Freitas
André de Freitas
Antônio Carlos Hummel
Antônio Oviedo
Calixto Pinto de Souza
Carlos Augusto Ramos
Cássio Cezari
Cláudio Soares de Oliveira
Cléo Mota
Dinaelson Nunes Carvalho
Domingos Sávio Macedo
Edson Vidal
Francisco Cavalcante
GirolamoTreccani
Guilherme Gomide
Iranes dos Santos Nascimento
João Santos da Costa
Jonas L. da Cruz
José Maria dos Santos
José Pedro Rosário Monteiro
José Santos Fonseca
Josinaldo Sales Ribeiro
Jucirene Bandeiras
Manoel João Pantoja de Souza
Manuel Amaral
Manuel Pantoja da Costa
Marcelo Zanetti
Marcus Vinícius
Marisania Ferreira Viana
Marluce Souza de Oliveira
Maximiliano Roncoleta
Natalino da Silva Reis
Nestor Marques Gonçalves
Nilson Mendes
Paulo Oliveira
Pedro Buzzi Lion
Pedro de Oliveira Souza
Pedro Pereira
Richardson Figueiredo
Rogério Puerta
Rubens Gomes
Santos Pastana de Souza
Selma Gomes
Soraia Mello
Teúna Secundino
Valdecy Santarosa de Souza
Vitória Castro
Waldicléia Sobral

Como produto da V Oficina foi elaborada a Carta de Gurupá, assinada pelas instituições participantes, com o objetivo de chamar a atenção do Governo Brasileiro para os cuidados necessários na implantação de uma Agenda Amazônica de Manejo Florestal Comunitário. Ela foi entregue ao Presidente do IBAMA. Segue abaixo a íntegra da Carta.

CARTA DE GURUPÁ

Nos últimos cinco anos, várias comunidades rurais vêm desenvolvendo o Manejo Florestal e construindo referências para a definição de políticas públicas voltadas à conservação dos recursos florestais na Amazônia. Estas iniciativas pioneiras vêm se articulando nas Oficinas de Manejo Florestal Comunitário que, realizadas anualmente, constituem-se no principal fórum de discussão e promoção do Manejo Florestal Comunitário na Amazônia.

Com a participação de associações e cooperativas de produtores, movimento sindical dos trabalhadores rurais, entidades de representação e apoio, Governo, institutos de pesquisa e agências de financiamento, estas Oficinas vêm propiciando a elaboração de estratégias e pautando ações comuns que resultaram em iniciativas concretas para viabilizar o Manejo Florestal comunitário. A atual legislação, a implementação de linha de crédito de custeio, a abertura de mercado e a elaboração de referenciais técnicos para o manejo apresentam-se como as principais conquistas deste processo e constituem-se, hoje, em instrumentos importantes de promoção do Manejo Florestal comunitário.

Neste momento em que o Governo Brasileiro tem identificado o Manejo Florestal comunitário como proposta para conter o desmatamento e promover a conservação das florestas naturais, a experiência em consolidação das 12 (doze) iniciativas pioneiras existentes em todos os estados da Amazônia torna-se fundamental.

Reunidos no município de Gurupá (PA), entre 26 e 31 de agosto de 2001 durante a 5ª Oficina de Manejo Florestal Comunitário, estas iniciativas chamam a atenção para os principais desafios na implementação de um programa governamental de promoção do Manejo Florestal comunitário, que deverão:

- atender às demandas de organização da base produtiva das comunidades rurais, fortalecendo suas atividades tradicionais (o multiuso dos recursos florestais e os produtos florestais como parte de seu sistema de produção);
- garantir a regularização da terra segundo a ocupação tradicional das comunidades rurais;
- garantir a assistência técnica gratuita para a elaboração, implantação e monitoramento dos Planos de Manejo Florestal Comunitário;
- garantir a assistência jurídica gratuita para a regularização fundiária e demais procedimentos jurídico-administrativos necessários para a legalização dos Planos de Manejo Florestal Comunitário;
- garantir a capacitação das comunidades rurais e suas entidades representativas para a gestão e o manejo dos recursos naturais de seus territórios;
- garantir que o Ibama crie estrutura e mecanismos específicos para a promoção do Manejo Florestal Comunitário (Núcleos Regionais), tendo em vista o seu caráter socioambiental; dar um tratamento diferenciado ao Manejo Florestal Comunitário, agilizando sua tramitação e atuando de forma educativa;
- garantir a participação das organizações representativas dos trabalhadores rurais (sindicatos e federações) na elaboração e fiscalização de normas e legislação específica do Manejo Florestal Comunitário;
- garantir a representação destas iniciativas pioneiras na gestão de programas governamentais de promoção do Manejo Florestal Comunitário.

Gurupá (PA), 31 de agosto de 2001

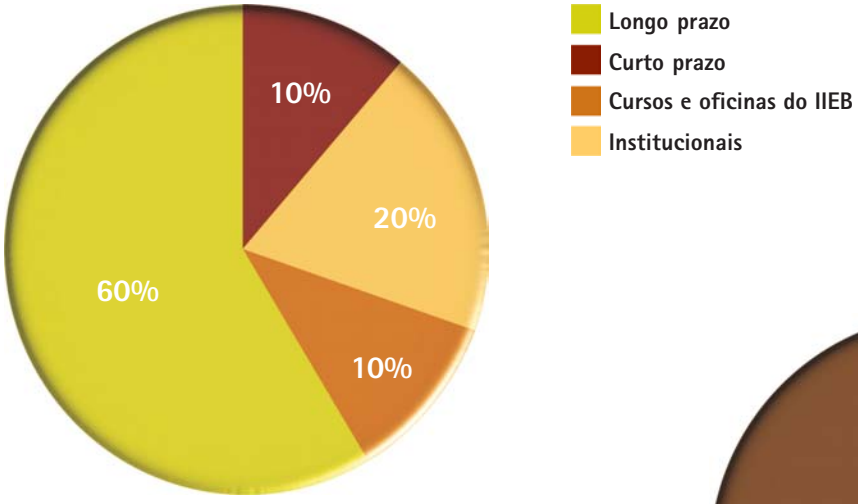
Perspectivas do IIEB para os cursos em 2002

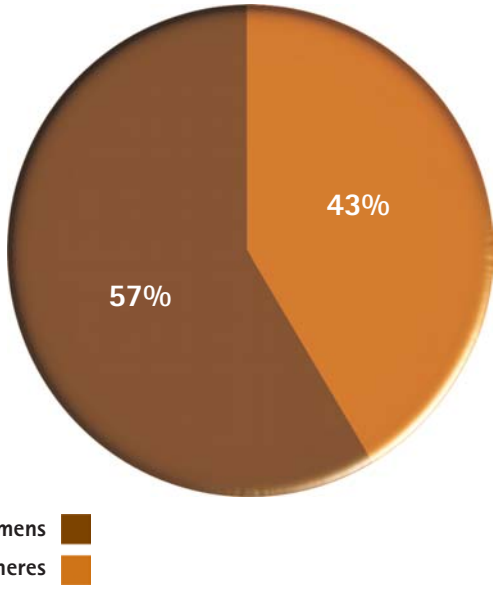
No ano de 2002, o IIEB pretende realizar o VI Curso de Comunicação e Meio Ambiente, o III Curso de Direito Ambiental, V Curso de Política Ambiental, VI Oficina de Manejo Florestal Comunitário e mais uma versão do Curso de Ferramentas Econômicas.

O IIEB prevê a revisão da metodologia aplicada em seus cursos de capacitação, objetivando a dinamização dos conteúdos, e também tem perspectivas de criar cursos de atualização para que os ex-participantes possam se reciclar.

O Instituto tem como proposta o lançamento do livro "Políticas Ambientais no Brasil: Análises, Experiências e Propostas". Esta publicação reunirá alguns trabalhos apresentados por ex-participantes dos quatro cursos de Política Ambiental realizados pelo IIEB.

Indicadores de avaliação dos treinamentos do IIEB em 2001					
	Longo Prazo	Curto Prazo	Institucionais	Cursos e Oficinas do IIEB	Totais
Pessoas/Mês	372,61	52,96	544,96	93,79	1064,32
Total de participantes	33	67	2021	197	2301
Mulheres	19	37	849	83	980
Homens	14	30	1172	114	1320
Multiplicadores	9	16	1219	132	1366
Não-multiplicadores	24	51	802	65	935
2º grau completo	32	66	1592	190	1864
2º grau incompleto	1	1	429	7	437
Mulheres					
2º grau completo	19	37	689	79	816
Multiplicadoras	3	11	450	66	524
2º grau incompleto	0	0	160	4	164
Não-multiplicadoras	16	26	399	17	456
Homens					
2º grau completo	13	29	903	111	1048
Multiplicadores	6	5	769	66	842
2º grau incompleto	1	1	269	3	273
Não-multiplicadores	8	25	403	48	479





Como os indicadores do IIEB foram calculados

Os indicadores de 2001 têm com base informações retiradas do Banco de Dados Geral do IIEB, construído em Access. Para cada indivíduo apoiado, é mantido um registro do indicador quantitativo (tempo de treinamento) bem como do descritivo (masculino/feminino, segundo grau completo, multiplicador etc.). Para os apoios institucionais, uma lista de participantes é apresentada pela organização responsável pelo treinamento em forma de tabela. As tabelas fornecem os indicadores descritivos para cada indivíduo e o indicador quantitativo de tempo de treinamento para todo o grupo. O cálculo dos indicadores é feito por meio de fórmula inserida no banco de dados. O cálculo de pessoas/mês é feito com base no mês de 28 dias – metodologia utilizada pela USAID.

Resumo de indicadores

Em 2001, o IIEB treinou um total de 2.300 pessoas, dentre as quais 1.366 definem-se multiplicadoras do conhecimento adquirido.

Um total de 980 mulheres receberam treinamento, sendo que 816, desse total, possuem segundo grau completo, 164 não completaram o ensino médio e 524 definem-se multiplicadoras dos conhecimentos adquiridos.

Um total de 1.320 homens receberam treinamento, sendo que 1.048 desse total possuem segundo grau completo, 273 não completaram o ensino médio e 842 definem-se multiplicadores dos conhecimentos adquiridos.

Em 2001, o resultado dos indicadores de treinamento aponta para um total de 1.064,32 pessoas/mês, sendo 372,61 de Longo Prazo, 52,96 de Curto Prazo, 544,96 Institucionais e 93,79 de Cursos e Oficinas.

Programas implementados pelo IIEB

O IIEB tem procurado aumentar o impacto de seus treinamentos reunindo grupos de diferentes segmentos, incentivando a formação de parcerias, fortalecendo os espaços públicos de tomadas de decisões, qualificando pessoas e organizações e promovendo eventos para a discussão das políticas públicas.

O Instituto também desenvolve seus programas contribuindo para que os órgãos públicos, na esfera local, possam ser eficientes, transparentes, descentralizados e capazes em suas atividades de comunicação, negociação e diálogo com a população e as organizações sociais. Além disso, os programas do IIEB também procuram ajudar o setor privado a superar dificuldades, tensões e conflitos com os interesses coletivos, visando ao desenvolvimento ambiental sustentável.

Atualmente, o IIEB desenvolve quatro programas para a formação e o treinamento de profissionais, educação e desenvolvimento comunitário, capacitação e apoio à pesquisa e fortalecimento de organizações da sociedade civil e governamentais. Esses programas obedecem a linhas de ação interdependentes e complementares.

Os programas, atualmente, em execução:

- Programa Natureza e Sociedade (PNS)
- Programa Negócios Sustentáveis (Pronegócios)
- Programa Mudanças Climáticas (Mudaclima)
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável (Padis)

Desenvolvimento sustentável

- Conservação e uso sustentável dos recursos naturais
- Desenvolvimento institucional para o desenvolvimento sustentável
- Administração de negócios ambientalmente sustentáveis
- Mudanças climáticas globais

Educação: mudanças de práticas e atitudes facilitadas com treinamentos, capacitação, assessoria técnica e intercâmbios

Programa Natureza e Sociedade PNS

Janilda Cavalcante
Coordenadora do PNS

O Programa Natureza e Sociedade (PNS) vem sendo executado, desde 1989, em parceria com a State University of New York – SUNY/ International Development Group – IDG, com o apoio financeiro da United States Agency for International Development – USAID, e, a partir de 1995, com a parceria do WWF Brasil.

A partir de julho de 2001, o Programa Natureza e Sociedade passou a receber fundos também do Governo Holandês como parte do programa de cooperação IIEB e Embaixada do Reino dos Países Baixos.

"O curso cumpriu seu objetivo, possibilitando-me realizar contatos para a realização de parcerias, conhecendo e contatando profissionais do setor; conhecendo trabalhos e projetos atuais desenvolvidos na área de manejo de florestas tropicais e, principalmente, conhecendo e avaliando de forma crítica o formato de um curso de padrão internacional, o que poderá ser muito útil na implementação do MBA Florestal."

Ana Patrícia Cota Gomes
III International Intensive Course on Diversified Management of Natural Tropical Forests
CATIE, Costa Rica

Objetivos do Programa Natureza e Sociedade

O principal objetivo do PNS é contribuir para a formação de profissionais capacitados, qualificados e comprometidos com a questão ambiental. Com base nessa meta, o Programa apóia pesquisadores, líderes comunitários e profissionais de ONGs e de organizações governamentais para que adquiram novos conhecimentos na área ambiental. O PNS apóia também propostas institucionais de capacitação e treinamento do quadro técnico de organizações ou de seus públicos-alvo.

Essa experiência tem permitido ao IIEB acumular conhecimentos diversos e práticas inéditas em todos os aspectos de capacitação de recursos humanos na área socioambiental.

Organização do Programa Natureza e Sociedade

Três vezes ao ano é aberto um edital para a seleção de propostas de apoio para diversas atividades de estudos ambientais.

Um Comitê de Seleção, constituído exclusivamente para esse fim, reúne-se três vezes por ano para avaliar os pedidos e decidir quais apoios serão concedidos pelo Programa.

As propostas enviadas fora de prazo também são avaliadas pelo Comitê em regime emergencial, visando a um possível apoio no período.

Os pedidos selecionados recebem apoio na forma de concessão de bolsas. Hoje, o Programa atende a duas modalidades: Treinamento de Longo Prazo e Bolsa Aperfeiçoamento.

Treinamento de Longo Prazo

Dirigido ao aperfeiçoamento acadêmico de estudantes com bom currículo e profissionais que se destacam como líderes na área ambiental. Essa modalidade oferece bolsas para a realização de cursos de mestrado, doutorado ou de especialização. Também é oferecido apoio a programas "sanduíche", no qual o participante estuda em uma universidade brasileira e realiza parte dos estudos em uma universidade estrangeira.

Bolsa Aperfeiçoamento

Essa linha de ação é também voltada ao aperfeiçoamento profissional de líderes comunitários, técnicos ou extensionistas, pesquisadores, dirigentes ou outros profissionais com, pelo menos, dois anos de experiência na área de conservação. São apoiadas participações em cursos de curta duração, apresentações de trabalhos em congressos, trocas de experiência prática, programas de visitas, inclusive treinamentos no exterior.

Esse aperfeiçoamento pode ser oferecido tanto a um indivíduo como a um grupo de pessoas ou instituição. A seleção levará em consideração tanto o potencial do candidato quanto o do treinamento de gerar efeitos positivos sobre os esforços para a conservação da natureza e do uso sustentável dos recursos naturais.

"Buscar alternativas para evitar o desperdício e melhorar a vida não só dos povos da Amazônia, mas, sim, de todos os cantos do planeta é a nossa principal meta. Saber usar corretamente o que a natureza nos oferece é um desafio, contudo não vamos dar oportunidade para o fracasso, pois é subindo de degrau em degrau que vamos construir uma sociedade capaz de superar as maiores dificuldades; e não temos nenhuma dúvida de que o crescimento desordenado das cidades do mundo é a principal causa das injustiças sociais. Não é tarefa fácil chegar a um consenso, só que a melhor arma que temos a nosso favor é a educação de nossa gente."

Venício Maranhão Bentes
Estagiário do Curso Técnico em Manejo Florestal Comunitário

Atividades realizadas pelo Programa Natureza e Sociedade em 2001

Seleções

O Comitê de Seleção reuniu-se em três ocasiões, no ano de 2001, para avaliar candidatos e propostas ao Programa. Um total de 188 propostas institucionais e candidatos individuais foram encaminhados para avaliação, sendo que 103 pedidos de apoio foram concedidos.

O Programa também recebeu um total de 32 pedidos de apoio emergenciais, fora dos prazos normais de seleção, dentre os quais, 30 foram aprovados. Assim, houve um total de 133 apoios diretos em 2001.

A distribuição de bolsas no ano de 2001 ficou assim:

	Longo prazo	Curto prazo	Prazo total
Individuais	26	66	92
Institucionais		41	41
Total	26	107	133

Bolsistas de longo prazo apoiados em 2001			
Nome	**Curso**	**Início**	**Término**
Adriana Marques Canha	Especialização em Educação para a Sustentabilidade	20/08/2001	20/08/2002
Aldeiza Lago dos Santos	Pós-técnico Florestal da Amazônia	01/05/2001	15/04/2002
André da Silva Dias	Mestrado em Manejo de Recursos Naturais	01/01/2000	30/12/2001
Antonia Mesquita Ferreira	Treinamento Técnico Sobre a Identificação de Espécies de Plantas na Amazônia	01/07/2001	30/06/2002
Ápio de Araújo Conte Castillo	Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente	13/01/2001	30/03/2002
Carlos Enrique Aragon	Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente	13/01/2001	30/06/2002
Catarina Marcelo de Lima Amaral	Mestrado em Gestão de Recursos Hídricos	01/01/2000	30/12/2001
Celso Franco Damasceno	Especialização em Planejamento Ecológico e Educação Ambiental	01/08/2000	30/08/2001
Clélia Regina Oliveira Guimarães	Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente	01/08/2000	30/03/2002
Cristiane França de Souza	Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente	25/03/2000	25/12/2002
Dênnis Willian Santos da Silva	Curso Pós-técnico Florestal da Amazônia	01/03/2001	15/04/2002
Eirivelthon Santos Lima	Mestrado em Ciências Florestais	15/07/2000	20/05/2002
Gina Maria Timólheo da Costa Valmórbida	Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente	25/03/2000	30/03/2002
Gleison Pereira Viana	Curso Pós-técnico Florestal da Amazônia	01/03/2001	15/13/2002
Kátia Carvalheiro	Mestrado em Estudos Latino-americanos	03/08/1999	15/08/2001
Lucas Santana	Treinamento Prático em Fertilizantes Orgânicos	01/03/2001	31/12/2001
Maria da Penha Padovan	Mestrado em Manejo Florestal e Conservação da Biodiversidade	01/01/2000	31/12/2001
Maria de Jesus Almeida de Mendonça	Treinamento Técnico sobre a Identificação de Espécies de Plantas na Amazônia	01/07/2001	30/06/2002
Marisângela Pinto dos Anjos	Curso Pós-técnico Florestal na Amazônia	01/03/2001	15/04/2002
Nádia Calzolari Borges	Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente	01/05/2001	31/03/2002
Nadja Maria Lepsch da Cunha Nascimento	Estágio técnico sobre DNA de espécies arbóreas	01/01/2001	31/03/2002
Neila Soares da Silva	Programa de Conservação e Desenvolvimento Tropical (TCD)	01/01/2001	31/12/2002
Nilza de Souza Miranda	Curso Pós-técnico Florestal na Amazônia	01/03/2001	15/03/2002
Roberto Porro	Doutorado em Antropologia Cultural	01/08/1999	31/08/2002
Romana Coelho de Araújo	Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente	01/01/2001	30/03/2002
Tânia Mara Resende M. Silva	Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente	25/03/2000	31/03/2002
Thais Corral	Políticas Públicas e Gestão	07/07/1999	04/09/2001
Wilson Cabral de Sousa Jr.	Doutorado em Economia Ambiental Aplicada	15/19/2001	15/08/2002

"A participação no Congresso Internacional de Mamíferos na África do Sul nos rendeu bons frutos. Não só pudemos expor nossos trabalhos a críticas, como também pudemos criticar e trocar idéias com colegas de outros 42 países. O Simpósio foi ainda mais interessante porque muitas experiências em manejo e conservação de carnívoros predadores de outros lugares podem ser também aplicadas aqui. Mais uma vez, agradecemos ao IIEB pelo importante apoio que vem dando aos nossos trabalhos de campo e na divulgação de seus resultados."

Anah Tereza Jácomo e Leandro Silveira
8th International Theriological Congress Sun City, South Africa

Bolsistas de curto prazo apoiados em 2001			
Nome	**Treinamento**	**Início**	**Término**
Alessandra Ramos Caiado	Curso de Design Ecológico	17/09/2001	13/12/2001
Alex Bager	Curso prático de Introdução ao Programa SPRING	17/09/2001	21/09/2001
	Curso de Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre	05/11/2001	07/12/2001
	Curso de Banco de Dados Geográfico	04/03/2002	08/03/2002
Ana Cláudia Guimarães Bittencourt	Pesquisa em Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento e Gestão Ambiental	11/01/2001	18/01/2001
Anael Aymoré Jacob	Oficina sobre Radiometria de Vida Silvestre: Desenho e Análise	18/03/2001	23/03/2001
	Estudo sobre Ecologia e Manejo de Falcões	26/03/2001	20/04/2001
Anah Tereza de Almeida Jácomo	8º Congresso Internacional – As pessoas e os Predadores: Conservação de Mamíferos	12/08/2001	17/08/2001
Ana Paranhos de Monteiro	Oficina de Educação e Projetos Integrados com o Desenvolvimento e Conservação Ambiental - Módulo I	07/05/2001	11/05/2001
Ana Patrícia Cota Gomes	XIII Curso Internacional Intensivo sobre o Manejo Diversificado de Florestas Naturais Tropicais	20/08/2001	21/09/2001
Andrea Caro Carillho	Oficina de Educação e Projetos Integrados com o Desenvolvimento e Conservação Ambiental - Módulo I	07/05/2001	11/05/2001
	Oficina de Educação e Projetos Integrados com o Desenvolvimento e Conservação Ambiental - Módulo II	19/11/2001	25/11/2001
Andréa Imperador Peçanha Travassos	Curso de Gerenciamento de ONGs Ambientalistas e de Desenvolvimento - Módulo III	05/08/2001	11/08/2001
	10º Encontro Internacional de Captação de Recursos para a América Latina	12/09/2001	15/09/2001
Augusto Cesar da Silveira Andrade	Pesquisa sobre Identificação e Manejo de Materiais Botânicos	03/12/2001	22/12/2001
Aurelina Vianna dos Santos	Oficina de Educação e Projetos Integrados com o Desenvolvimento e Conservação Ambiental – Módulo II	19/11/2001	25/11/2001
Bruno César França	Pesquisa de campo em Ecoturismo e Programa de visitas ao Parque Nacional da Serra da Canastra, MG	01/12/2001	28/02/2002
Carla Graciotto Panzeri	Encontro sobre Pesquisa em Educação Ambiental: Tendências e Perspectivas	29/07/2001	31/07/2001
Carlos César Durigan	5º Congresso Brasileiro de Ecologia	04/11/2001	09/11/2001
Carolina Rodrigues da Costa Doria	Congresso sobre Conservação da Biodiversidade nos Andes e na Amazônia	21/09/2001	28/09/2001
Claudia de Barros e Azevedo Ramos	Treinamento sobre os Bioindicadores para o Manejo de Florestas Tropicais	03/08/2001	10/09/2001
Cláudia Moreno Paro	Curso Intensivo sobre Conservação e Ecologia Tropical	16/01/2001	10/03/2001
Claudio Neri Franco Lôpo	Curso de especialização em Administração e Manejo de Unidades de Conservação	03/10/2001	05/12/2001
Cláudio Rosa da Cruz	Curso de Manejo de Áreas Silvestres e Protegidas	11/07/2001	12/08/2001
Daisy Aparecida Pereira Gomes Silva	Treinamento Prático sobre o Manejo de Ervas da Amazônia	16/02/2001	23/03/2001
Daniela Carioca de Araújo Leal	Oficina de Educação e Projetos Integrados com o Desenvolvimento e Conservação Ambiental - Módulo I	07/05/2001	11/05/2001

Bolsistas de curto prazo apoiados em 2001			
Nome	**Treinamento**	**Início**	**Término**
Elenise Angelotti B. Sipinski	Oficina de Educação e Projetos Integrados com o Desenvolvimento e Conservação Ambiental - Módulo I	19/11/2001	25/11/2001
Eliana Maria Corbucci	10ª Congresso Internacional da Federação de Estudos sobre a América Latina e o Caribe	25/06/2001	29/06/2001
Emília Patrícia Medici	I Simpósio Internacional Tapir	03/11/2001	08/11/2001
Giselle Roças de Souza Fonseca	Curso: A Ecologia e o Meio Ambiente dos Lagos Temperados e Florestas de Minessota	06/07/2001	21/07/2001
Ilton Soares Oliveira	5ª Congresso Brasileiro de Ecologia	04/11/2001	09/11/2001
Jackson Fernando Rêgo	Treinamento Técnico em Análise Geográfica de Territórios	21/12/2000	05/05/2001
Juarez Carlos Brito Pezzuti	Pesquisa de campo sobre Ecologia Reprodutiva e a Preservação dos Quelônios na Amazônia	24/11/2001	13/12/2001
Laury Cullen Jr.	Apresentação de resultados dos Programas de Capacitação em Conservação desenvolvidos nos assentamentos rurais do MST durante a Conservation Science Conference	23/03/2001	02/04/2001
Leandro Silveira	8th International Theriological Congress – People and Predators Conserving Problem Mammals	12/08/2001	17/08/2001
Leila Zanardini Hoffmann	Curso de Gerenciamento de ONGs Ambientalistas e de Desenvolvimento - Módulo I	05/08/2001	11/08/2001
Leonardo Hasenclever de Lima Borges	Programa de visitas ao Everglades Brothers' Park	22/09/2001	30/09/2001
Lígia Moreira da Rocha	Treinamento: Comunidade com Base em Turismo para a Conservação e o Desenvolvimento	19/02/2001	16/04/2001
Lindomar Soares Rezende	Encontro sobre Pesquisa em Educação Ambiental: Tendências e Perspectivas	29/07/2001	31/07/2001
Luciana Aparecida Zago de Andrade	Curso Ecologia dos Ecossistemas da Amazônia	07/05/2001	03/06/2001
Luís Fernando Silva da Rocha	Curso de Sensoriamento Remoto para Profissionais da Biologia da Conservação: Fundamentos de Teoria e Prática	20/08/2001	24/08/2001
Luis Guilherme Marins de Sá	4º Curso de Técnicas de Levantamento e Monitoramento de Populações de Grandes Vertebrados	26/11/2001	07/12/2001
Manuel Almeida Amaral Neto	Encontro: Reflexões sobre os Aspectos Sociais do Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira	07/10/2001	06/11/2001
Marcelo Derzi Vidal	5º Congresso Brasileiro de Ecologia	04/11/2001	09/11/2001
Marcelo Theoto Rocha	Programa de visitas em Iniciativas de Desenvolvimento Sustentável	07/04/2001	22/04/2001
	6ª Conferência das Partes	16/07/2001	27/07/2001
	5º Encontro Anual e Conferência Internacional pela Emissions Marketing Association – EMA	30/11/2001	12/10/2001
	7ª Conferência das Partes	29/10/2001	10/11/2001
Marcia Aparecida de Brito	5º Congresso Brasileiro de Ecologia	04/11/2001	09/11/2001
Marcos Roberto Pinheiro	Curso sobre Análise Espacial de Dados Geográficos	21/05/2001	25/05/2001
	Curso sobre Banco de Dados Geográficos	30/07/2001	03/08/2001
	Curso em Processamento de Imagens Digitais	26/11/2001	30/11/2001

Bolsistas de curto prazo apoiados em 2001			
Nome	**Treinamento**	**Início**	**Término**
Maria das Graças Pires Sablayrolles	Curso de Desenvolvimento Rural Baseado no Manejo de Ecossistemas Tropicais	29/10/2001	23/11/2001
Maria do Carmo de Azevedo	Encontro sobre Pesquisa em Educação Ambiental: Tendências e Perspectivas	29/07/2001	31/07/2001
Maria Francisca Rodrigues do Nascimento	Curso Manejo de Áreas Naturais Protegidas	16/06/2001	30/06/2001
Maria Sueli Heberle Mafra	Estágio sobre Agricultura Biodinâmica em Produção Familiar	03/01/2001	29/05/2001
Marina Faria do Amaral	Estudo Comparativo: História e Evolução de Pássaros da América do Norte versus América do Sul	13/03/2001	18/04/2001
	38º Encontro Anual da Sociedade de Comportamento Animal	14/07/2001	18/07/2001
Maurício Talebi Gomes	Análise de Alimentos Naturais de Primatas	12/07/2001	11/08/2001
Moacyr Mendonça Bittencourt	Curso em Negócios Sustentáveis	02/11/2001	07/11/2001
Moira Adams	CIPEC Summer Institute 2001	14/05/2001	01/06/2001
Nina Nazario	Curso de Sensoriamento Remoto para Profissionais da Biologia da Conservação: Fundamentos de Teoria e Prática	20/08/2001	24/08/2001
Nurit Rachel Bensusan	2º Simpósio sobre Landscape Futures	04/12/2001	06/12/2001
Olympio Barbanti Júnior	Pesquisa em Resoluções de Conflitos	01/10/2001	11/11/2001
Oswaldo de Carvalho Jr.	O Papel de Bioindicadores no Manejo de Florestas Tropicais	03/08/2001	10/09/2001
Patrícia Mie Matsuo	Encontro sobre Pesquisa em Educação Ambiental: Tendências e Perspectivas	29/07/2001	31/07/2001
Paulo Rogério Mangini	I Simpósio Internacional Tapir	03/11/2001	08/11/2001
Pedro Carvalho de Mello	Programa de visitas em Iniciativas de Desenvolvimento Sustentável	07/04/2001	22/04/2001
Roberto Fusco Costa	4º Curso de Técnicas de Levantamento e Monitoramento de Populações de Grandes Vertebrados	26/11/2001	07/12/2001
Sandro Jorge Garcia Coneglian	Manejo de Áreas Silvestres e Protegidas	12/07/2001	12/08/2001
Sérgio Luiz de Medeiros Rivero	Modelos de Sistemas Ecológicos Socioeconômicos	01/10/2001	31/03/2002
Silviana Lúcia Henkes	Introdução ao Manejo de Recursos Naturais	06/11/2001	08/11/2001
Suzana Machado Pádua	Conferência: O Papel da Água na História do Desenvolvimento	09/08/2001	12/08/2001
Suzidarley Modesto Figueira	Oficina de Educação e Projetos Integrados com o Desenvolvimento e Conservação Ambiental - Módulo I	07/05/2001	11/05/2001
	Oficina de Educação e Projetos Integrados com o Desenvolvimento e Conservação Ambiental - Módulo II	19/11/2001	25/11/2001
Thiago Philipe de Camargo e Timo	5º Congresso Brasileiro de Ecologia	04/11/2001	09/11/2001
Vângela Maria Lima do Nascimento	Oficina de Educação e Projetos Integrados com o Desenvolvimento e Conservação Ambiental - Módulo I	07/05/2001	11/05/2001
	Oficina de Educação e Projetos Integrados com o Desenvolvimento e Conservação Ambiental - Módulo II	19/11/2001	25/11/2001
Viviane Menezes Hermida	Alternativas de Desenvolvimento Sustentável Participativo em Comunidades Pesqueiras	01/08/2001	01/09/2001

"O apoio concedido a mim pelo IIEB foi de grande importância na divulgação de meu trabalho e também por permitir uma intensa atualização de informações a respeito dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos Brasil afora. Fico grato ao IIEB e espero que continuem sempre a apoiar pesquisadores e estudantes em seus trabalhos."

Carlos César Durigan
V Brazilian Ecology Congress
Porto Alegre, RS - Brazil

"Durante a apresentação para mais de 200 participantes, foi possível mostrar e evidenciar a importância e o sucesso dos trabalhos que o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas vem desenvolvendo em parceria com a USAID/SUNY/WWF. A apresentação gerou um feedback muito positivo de diversos pesquisadores presentes que, sem dúvida, ajudarão em muito a aperfeiçoar e adaptar a metodologia que vem sendo utilizada no projeto atualmente."

Laury Cullen Jr.
Student Conference Cambridge University, England

"Gostaria de acrescentar que ações de apoio como estas do IIEB contribuem de forma muito significativa para a formação de profissionais mais capacitados e conscientes do seu papel de transformação dentro das instituições das quais fazem parte, contribuindo também para o fortalecimento das instituições não-governamentais."

Andréa I. Peçanha Travassos
X International Fundraising Meeting for Latin América - Buenos Aires, Argentina Course on Management of NGOs in the areas of Environment and Development - San Bernardino, Paraguay

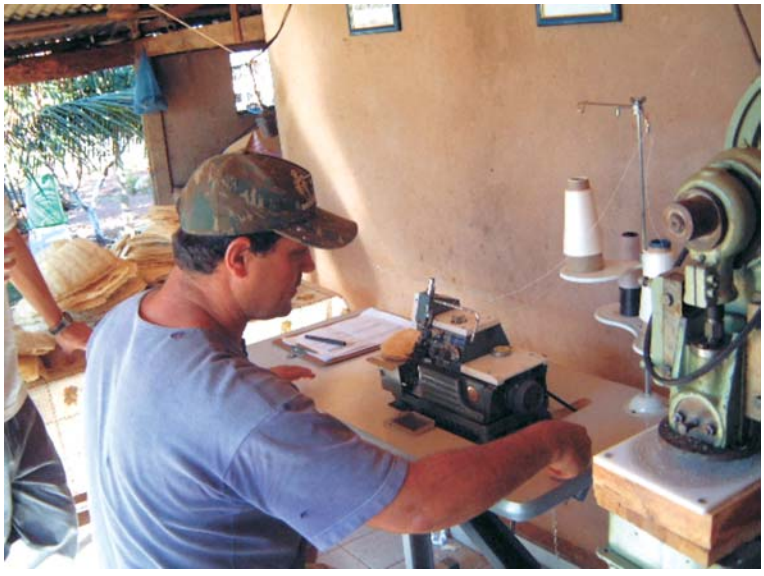
Programa Negócios Sustentáveis
PRONEGÓCIOS

Hans Dorresteijn
Coordenador do
Pronegócios

O Pronegócios foi idealizado pelo IIEB em parceria com o Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis (IBENS), uma organização não-governamental ligada à empresa A2R – Fundos Ambientais. O apoio para a fase-piloto foi concedido pelo Governo Suíço por meio do IBENS. O programa conta, desde julho de 2001, com recursos da Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil e é executado em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP.

Este programa foi idealizado visando à construção de um novo modelo de execução de negócios. O modelo tradicional, que gera danos ao meio ambiente e desigualdade nas relações de produção e trabalho, precisa ser substituído por uma nova visão de negócios que respeite o meio ambiente e as necessidades das populações envolvidas na produção e distribuição dos bens. Esse novo conceito de negócios envolve e requer transformação tanto das instituições como dos empreendedores, empresas, universidades e governo.

Para alcançar a sustentabilidade ambiental no Brasil e em outros países desenvolvidos, o IIEB entende que esta ação demanda abordar questões socioeconômicas críticas como educação, saúde e geração de trabalho e renda. Com esta iniciativa, pretende-se fomentar a criação de empresas e aumentar as oportunidades de trabalho em locais onde comunidades pobres coexistem com os ecossistemas nativos caracterizados por uma alta biodiversidade.



Objetivos do Pronegócios

O Pronegócios deseja fomentar e apoiar negócios sustentáveis no Brasil promovendo o desenvolvimento e implementação de um novo modelo de negócios, por meio da formulação e realização de treinamento, do trabalho de campo e da assistência técnica na área de negócios sustentáveis.

O Programa visa ampliar a capacidade administrativa de empresários e gerentes de negócios de projetos ambientalmente sustentáveis. Também se propõe a promover mudanças de atitude e percepção no meio acadêmico e nos setores público e privado com relação a esse tema. A finalidade é contribuir para que a demanda por pessoas aptas a gerenciar negócios no crescente mercado de produtos “limpos” seja suprida.

Visando à educação de longo prazo, o Pronegócios apóia, ainda, o envio de professores de universidades brasileiras a universidades de outros países para que conheçam experiências de integração curricular e possam influenciar a educação oferecida aos jovens em suas universidades, a capacitação empresarial e o desenvolvimento comunitário.

As estratégias do Pronegócios

O Pronegócios promove o Curso de Empreendedorismo em Negócios e Desenvolvimento Sustentável, e, como resultado do curso, os melhores estudos de pré-viabilidade apresentados pelos alunos recebem apoio financeiro durante seis meses para que possam ser desenvolvidos e transformados em planos de negócios. Esses planos, quando concluídos, serão apresentados a um painel de financiadores composto por bancos de desenvolvimento e fundos de capital de risco.

Assim como nos outros programas do IIEB, um Comitê de Seleção, constituído exclusivamente para esse fim, formado por profissionais das áreas financeira, ambiental e administrativa, seleciona as melhores propostas de apoio recebidas pelo Programa.

O Pronegócios conta ainda com um Comitê de Avaliação, que julga a proposta-piloto do plano de negócios desenvolvido pelo candidato,

e com a participação de seis profissionais da área de negócios e meio ambiente que devem avaliar a viabilidade da proposta no mercado.

A estratégia é estimular o empreendedorismo como forma de gerar mais empregos. Nosso diferencial é o estímulo ao empreendedorismo ético com responsabilidade social e consciência ambiental.

O Curso é uma primeira etapa nesta trajetória. Como o propósito não é apenas oferecer um curso, mas também conseguir resultados concretos, o Programa apóia os participantes mais competitivos com uma bolsa para elaborarem seu Plano de Negócios, dando acompanhamento na formatação do Plano e ajudando-os na apresentação da idéia aos financiadores.

Atividades realizadas pelo PRONEGÓCIOS em 2001	
1. Desenvolvimento do piloto do Programa	2001 foi o ano da fase-piloto do Pronegócios. Ano, portanto, de aprendizado, ajustes e consolidação do programa.
2. Apoio técnico e financeiro	Durante a fase-piloto, entre março e dezembro de 2001, o Programa financiou um grupo de quatro jovens empreendedores, estudantes da Universidade da Terra, na Costa Rica, para o desenvolvimento de um Plano de Negócios. O Programa auxiliou o grupo desde o início, na definição de atividades previstas durante os dez meses de apoio, incluindo reuniões com potenciais fornecedores e compradores e agências de proteção ambiental, e na coordenação dos vários estágios de apresentação do Plano de Negócios ao Comitê de Avaliação. Neste período, foi iniciada a construção de um Plano de Negócios para a empresa Biohúmico, centrado na produção de biofertilizante para uso na agricultura.
3. Abertura de Edital	Em agosto de 2001, foi divulgado o edital do I Curso de Empreendedorismo em Negócios e Desenvolvimento Sustentável, para o qual foram recebidos 172 candidatos e selecionados 28 participantes.
4. I Curso de Empreendedorismo em Negócios e Desenvolvimento Sustentável	O I Curso de Empreendedorismo foi realizado em Piracicaba, São Paulo, no período de 8 a 14 de outubro de 2001, e teve como objetivo oferecer oportunidades de treinamento e aprendizagem voltadas para identificar e/ou desenvolver o espírito empreendedor e o conceito de desenvolvimento sustentável. Participaram alunos de graduação de diversas áreas de formação, cursando o último ano da faculdade, recém-formados e profissionais interessados em realizar uma reciclagem. Foram realizados módulos teóricos nos quais os alunos aprenderam a fazer um Plano de Negócios e como implementá-lo. No total, foram 56 horas de palestras e trabalhos em grupo. Os temas abordados foram os seguintes: • Oportunidades em negócios sustentáveis - O que se espera de um Plano de Negócios. • Sustentabilidade e a criação de valor. • O que é empreendedorismo? Espírito, ética e valores. • Projetos comunitários e avaliação de impactos sociais • A formação de jovens líderes rurais • Princípios básicos da certificação. • A formação de jovens empreendedores (Construção de um Plano de Negócios). • Criação de empresas e mercado de capitais. • Empreendedorismo e empresas familiares. • Estudo de caso: Biohúmico. • Estudo de caso: Ecológica. • Estudo de caso: Xapuri.
5. Seleção de novas propostas para apoio	Um mês depois do curso, 19 estudos de viabilidade foram avaliados. Dentre esses, seis proponentes foram selecionados para receber apoio financeiro por seis meses e aperfeiçoar os Planos de Negócios. As 6 propostas selecionadas foram: 1. Produção sustentável de flores em Holambra (Luciano van den Broek). 2. Empresa certificadora de peixe orgânico (Ugo Jum Tabata/Rafael Malaguti). 3. Produzir e comercializar plantas nativas de Paraíba (Ana Cândida Ferreira Vieira). 4. Cultivo sustentável da bucha (Valentím Messias Degáspari). 5. Piscicultura e desenvolvimento sustentável (Izabel D. Vieira Balieiro). 6. Agroindústria de frutíferas orgânicas (Angélica de Souza Azevedo).

Participantes do I Curso de Empreendedorismo em Negócios e Desenvolvimento Sustentável

Adriano Augusto Domingues Neto
Ana Cândida Ferreira Vieira
Andréia Rodrigues Monteiro Ohofugi
Angélica de Sousa Azevedo
Cássia Barbosa Saretta
Denis Ribeiro do Valle
Ederson Augusto Zanetti
Fabiano Antonio Rodrigues
Felipe Otávio Campelo e Silva
Grayton Tavares Toledo
Ieda Del'Arco Sanches
Izabel Damasceno Vieira Balieiro
Joana Reiss Fernandes
Karla Patrícia Martins Ferreira
Kayo Julio Cesar Pereira
Luciano van den Broek
Luís Augusto Conte Mendes Veloso
Luís Henrique Piva
Marcus Vinícius Alves Finco
Nilson Luiz Sgarbiero
Olga Sueli Prado Santana
Rafael Rozeiro Malaguti
Ricardo de Carvalho Alvim
Samantha Nazaré de Paiva
Tatiana Mahalem do Amaral
Ugo Jum Tabata
Valentim Messias Degasperi

Perspectivas do Pronegócios para 2002

No ano de 2002, o Pronegócios pretende realizar o II Curso de Empreendedorismo em Negócios e Desenvolvimento Sustentável, atingindo cerca de vinte e cinco pessoas, e conceder seis bolsas de apoio para o desenvolvimento de Planos de Negócios sustentáveis.

O Pronegócios priorizará, no ano de 2002, a seleção de candidatos oriundos de iniciativas comunitárias tanto para o Curso de Empreendedorismo quanto para a concessão de bolsas.

"Vejo o Pronegócios como um grande sucesso, não falo porque estou fazendo parte dele, mas porque sei que os doadores vão ficar surpresos com o que vai ser apresentado por aqueles que estão desenvolvendo o Plano. Pode ter certeza: o Pronegócios já é um sucesso, e pode aguardar para ver os resultados."

Ana Cândida Ferreira Vieira
Participante do I Curso de Empreendedorismo em Negócios e Desenvolvimento Sustentável e Bolsista do Pronegócios

Programa Mudanças Climáticas
MUDACLIMA

Hans Dorresteijn
Coordenador do
Mudaclima

Em 1992, em decorrência de inquietação pública e de inúmeras evidências de mudanças climáticas globais, foi firmado, no Rio de Janeiro, um acordo, durante a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de "estabilizar a concentração de gases na atmosfera a um nível que possa evitar perigosas interferências antropogênicas no sistema climático". Mais tarde, em 1997, vários compromissos foram assumidos pelas nações mais desenvolvidas, em Kyoto, Japão. Na ocasião, foram criadas oportunidades para os países, como o Brasil, receberem investimentos de empresas ou de governos para compensar as emissões de gases de efeito estufa.

Neste contexto, o IIEB pretende, com o Programa Mudaclima, aumentar o conhecimento e a percepção da sociedade brasileira para os problemas relacionados com as mudanças climáticas globais, estimulando sua participação nestas questões.

O Programa é direcionado a professores e educadores, organizações da sociedade civil, tomadores de decisões nas esferas locais, estaduais e federais, estudantes e empresários.

Objetivos do Mudaclima

O Mudaclima tem como objetivo prover e disseminar informação e conhecimento sobre as mudanças climáticas globais ao público em geral (dirigentes, executivos, educadores, estudantes e jornalistas, entre outros). Haverá acompanhamento de experiências bem-sucedidas, palestras e curso, para até 20 participantes, com discussões e apresentações sobre a ecologia dos ecossistemas, o uso da terra, mudanças climáticas, ecologia e economia do ciclo do carbono.

Estratégias do Mudaclima

O Programa Mudaclima desenvolve as seguintes ações:

- realiza o curso A ecologia do Ciclo do Carbono;
- colabora na divulgação de um boletim eletrônico em parceria com o IPAM; e
- fomenta pesquisas em mudanças climáticas por meio de pequenas bolsas para estudantes brasileiros.

Por meio dessas ações, o Programa visa a uma estratégia mais ampla e de longo prazo de envolver a sociedade brasileira nas discussões sobre o tema e prover conhecimento sobre as mudanças climáticas.

Atividades realizadas pelo MUDACLIMA em 2001	
1. Abertura do edital	Em outubro de 2001, foi lançado o edital do I Curso A Ecologia e o Ciclo do Carbono. Concorreram 67 candidatos para um total de 20 vagas.
2. Realização do I Curso A Ecologia e o Ciclo do Carbono	O curso, realizado em Brasília, no período de 8 a 15 de dezembro, teve como objetivo proporcionar aos participantes uma compreensão sobre o motivo pelo qual as mudanças climáticas tornaram-se tópico de discussão internacional e tema presente no debate de políticas públicas, bem como sobre a necessidade de redução na emissão de gases de efeito estufa. Participaram do curso profissionais de organizações não-governamentais e governamentais, empresas privadas, instituições acadêmicas, e demais profissionais de áreas diversas interessados na temática. Nos oito dias de aula, os participantes tiveram contato com teorias e práticas de conteúdo temático pertinente à discussão sobre mudanças climáticas. As disciplinas tratadas foram as seguintes: • Discussão e medição de fotossínteses. • Os ciclos do carbono e nitrogênio e suas relações. • Visita de campo. • Panorama histórico do IPCC. • Esforços nacionais na redução de emissão. • Oportunidades e benefícios do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). • Negociações e Tratados Internacionais como o IPCC e Protocolo de Kyoto. • Vulnerabilidade: mudanças climáticas e saúde humana. • Estudo de viabilidade do Projeto Carbono do Pontal do Paranapanema/SP. Durante o curso, foram constituídos cinco grupos de trabalho de áreas temáticas específicas e realizadas discussões com o objetivo de aplicar o conhecimento adquirido no curso (com a ajuda de facilitadores).
3. Abertura de edital de apoio à pesquisa	Em setembro de 2001, outro edital foi lançado com a finalidade de selecionar propostas de estudos e pesquisa na área de mudanças climáticas. Foram recebidas oito propostas, dentre as quais quatro receberam apoio do Programa em forma de bolsa de pesquisa: 1. Flavia Witkowski Frangetto e Flavio Rufino Gazani: Viabilização Jurídica do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Brasil. 2. Eduardo Ditt (coordenador time do IPÊ): Estudo de viabilidade de projetos de "carbono social" no Pontal do Paranapanema, São Paulo. 3. Man Yu Chang: Política de seqüestro de Carbono no Brasil: Dimensões Políticas, Socioeconômicas e ambientais. 4. Stefano Merlin (Instituto Ecológica): Implantação de um Banco de Dados sobre Mudanças Climáticas com Resultados dos Projetos desenvolvidos na região Ecotonal da Ilha do Bananal.

Participantes do I Curso "A Ecologia e o Ciclo do Carbono"

Nome	Instituição
Amélia Afonso	Governo de Rondônia – Plano Agropecuário e Florestal
André Luís Alves	Instituto Centro de Vida
Eduardo Augusto Carneiro Leão Jr.	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Elke Urbanavicius Costanti	Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações
Gilsoni Mendonça Lunardi	Centro de Educação Profissional Diomício Freitas
Grayton Tavares Toledo	Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável
João Carlos Matos	Associação de Racionalização e Cultivo da Amazônia
Luiz Gonçalves da Motta	Programa da Expansão da Educação Profissional
Márcio José Pereira	Escola Estadual de 1º e 2º graus "Professora Sarita Baracat"
Marcos Galvão de Souza	Jornal Correio da Bahia
Marija Vujnovic	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
Marta Loureiro de Araújo	Centro do Desenvolvimento da Ecoeficiência
Mirian Cristina Lozano	Associação Pernambucana de Defesa da Natureza
Paulo Monteiro Brando	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz"
Paulo Sérgio Vila Nova Souza	Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia
Sarah Tempesta Lincoln	Conselho de Desenvolvimento Comunitário na Escolinha Ambiental Trilhas do Futuro
Silvia Maria Costa Nicola	Grupo de Trabalho Amazônico
Sílvio Cortez e Silva	Universidade Estadual do Maranhão/Centro de Ensino Superior de Imperatriz
Sylvia Salla Setubal	Instituto Ecológica, Palmas, Tocantins
Thomson José de Souza	Serviço Brasileiro para Pequenas e Médias Empresas, SEBRAE, Rio de Janeiro

Perspectivas do Mudaclima para 2002

No ano de 2002, o Mudaclima dará prioridade a estudos sobre energia alternativa ou uso eficiente de energia e vulnerabilidade humana às mudanças climáticas.

O Programa pretende realizar o II Curso "A Ecologia e o Ciclo do Carbono" e apoiar entre 3 a 5 pesquisas.

Ainda em 2002, está prevista a publicação, pelo Mudaclima, do livro "Viabilização Jurídica do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Brasil", de Flavia Witkowski Frangetto e Flavio Rufino Gazani, que foram selecionados em 2001.

"Que o curso mantenha sua organização com simplicidade, porém mantendo a eficiência técnica."

Participante do I Curso "A Ecologia e o Ciclo do Carbono". Comentário proveniente da avaliação: sem identificação.

"Tive oportunidade de utilizar os conceitos ligados ao tema das mudanças climáticas, pois pude juntar os "pedaços" para fazer sentido sobre tudo que li."

Participante do I Curso "A Ecologia e o Ciclo do Carbono". Comentário proveniente da avaliação: sem identificação.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional Sustentável

PADIS

Relatório de Atividades do Padis
"1ª Agenda – Implantação do Programa" ANO: 2001

Leila Soraya Menezes
Coordenadora do Padis

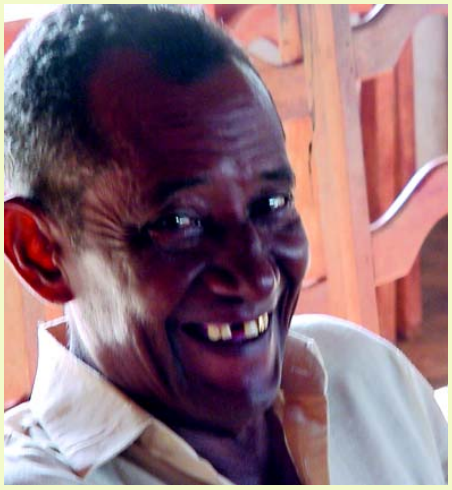
Apresentação

Realizado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) em parceria com a Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável (Padis) tem a missão de contribuir para o desenvolvimento institucional de espaços públicos socioambientais, que se constituem pela sinergia de organizações governamentais, não-governamentais e do setor privado, para a busca de soluções locais para problemas socioambientais.

O Padis parte do princípio que os objetivos do desenvolvimento sustentável e sua permanência no tempo não resultam das ações de uma organização isolada mas de um conjunto delas, o que inclui a sociedade civil, o setor público e o privado. Assim, o Padis apóia tanto as organizações tomadas individualmente como também aquelas com as quais interage e forma espaços públicos socioambientais.

Ao apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento institucional, o Padis aposta que o resultado de ações socioambientais, implementadas em espaços públicos legítimos por organizações sustentáveis, qualificadas, democráticas e transparentes, gera benefícios às gerações presente e futura.

O apoio do Padis, como um programa de desenvolvimento institucional de espaços públicos socioambientais, é oferecido sob medida para o atendimento das necessidades institucionais e para o enfrentamento dos desafios socioambientais locais.



Diretrizes político-estratégicas do Programa

Com a missão de contribuir para que a resolução de questões socioambientais esteja orientada pelo interesse público, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável (Padis) caracteriza-se por ser um programa sob medida ("tailor made") e de caráter demonstrativo, que pretende acumular experiência, produzir conhecimentos e dividir seu aprendizado com outras organizações e redes que também atuam em questões socioambientais, no apoio ao desenvolvimento sustentável e na implementação de políticas de apoio ao desenvolvimento organizacional e institucional.

Objetivos

- Fomentar Desenvolvimento Institucional das organizações que atuam em parceria na resolução de questões socioambientais no nível local;

- Fortalecer os Espaços Públicos Socioambientais. Isto é, contribuir para a criação de espaços de interlocução política e social que levem à formulação de propostas e soluções para problemas socioambientais, guiadas pela consciência da primazia do diálogo, da representatividade igualitária de forças e da visibilidade pública dos interesses em jogo (exemplos desses espaços: conselhos municipais de políticas, fóruns, assembléias, redes, coalizões, processos de consulta e participação da sociedade nas decisões de caráter público etc. São, portanto, espaços onde se busca o interesse público presente e futuro.);

- Desenvolver metodologias de Desenvolvimento Institucional para Espaços Públicos Socioambientais, ou seja, para redes, coalizões, articulações, parcerias e coletivos de organizações que atuam conjuntamente no enfrentamento de problemas e conflitos socioambientais e na busca compartilhada de soluções.

Bases políticas do Programa

A construção do espaço público socioambiental

O Padis entende que os processos de envolvimento, diálogo, pactuação, regulação, negociação, participação e atuação conjunta entre os vários atores políticos e sociais, públicos e privados, configuram-se como dimensões estratégicas para as questões ambientais. Sua premissa é a de que o desenvolvimento sustentável só será possível se acompanhado da ampliação e afirmação da cidadania; se a sociedade civil organizada ampliar sua participação na formulação, negociação, controle, gestão e execução de políticas públicas. Estes vários setores, ao somarem esforços para o enfrentamento de problemáticas ambientais, conformam, assim, um espaço público não-estatal, que adquire o importante papel de contribuir para a formulação e gestão de políticas públicas, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e de sua agenda. Pequenos projetos, programas e políticas têm demandado que, cada vez mais, estes atores passem a interagir no plano local. Novos valores, capacidades e habilidades passam a ser exigidas tanto para a atuação na constituição e permanência do espaço de formulação de políticas de sentido público e democrático, como também para o enfrentamento da magnitude e complexidade das questões ambientais.

Os desafios das organizações da sociedade civil

A atuação de organizações civis na construção de projetos inovadores e na formulação, controle social e gestão de políticas públicas, tem sido prática e condição de sucesso do processo político de implementação do desenvolvimento sustentável. Estas organizações têm estabelecido importantes parcerias entre si e com os setores público e privado para a realização de projetos que objetivam, por meio de ações cooperativas e integradoras, promover o desenvolvimento sustentável, econômica, ambiental e socialmente. Vêm enfrentando a necessidade de aprimorarem suas capacidades e habilidades político-operacionais e de gestão em função da visibilidade que adquiriram, dos desafios complexos derivados da sua própria missão e das mudanças em curso no sistema de cooperação nacional e internacional que lhes dá suporte. Reconhecidas como atores de mudança, essas organizações estão diante da tarefa de se tornarem sujeitos de seu próprio processo de mudança e adaptação ao novo contexto sem perder suas características fundamentais: legitimidade, motivação a partir de valores, compromisso e sentido público, flexibilidade, autonomia e eficácia na atuação concreta. Este processo de mudança e adaptação permanente às contingências desse ambiente em mutação tem sido denominado de processo de desenvolvimento institucional e organizacional da sociedade civil.

Os desafios dos órgãos governamentais

A partir da Constituição Federal de 1988, sob a égide da descentralização, novas atribuições e responsabilidades relativas a serviços, políticas, gestão do território e dos recursos naturais passaram para o âmbito municipal. Em especial, destaca-se o papel do governo municipal na articulação de planos e políticas de desenvolvimento local e na coordenação institucional da Agenda 21 Local. Foram institucionalizados espaços, tais como os conselhos de políticas, com a perspectiva de democratização e da ampliação da participação da sociedade na formulação, avaliação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento. Entretanto, a carência de recursos, para fazer frente às novas atribuições, tem demandado dos governos municipais maior eficiência no uso de seus recursos e a busca de soluções criativas e de novas formas de relacionamento e diálogo com as organizações da sociedade civil e do setor privado. As exigências, em termos de transparência, eficiência e eficácia, trazem novos desafios relativos à sua própria organização e articulação institucional e ao desenvolvimento de novas

capacidades políticas de comunicação, diálogo, negociação e atuação com a população e suas organizações, que visam promover o envolvimento da população na formulação, avaliação e execução de projetos e iniciativas de interesse público, social e ambiental.

Os desafios do setor privado

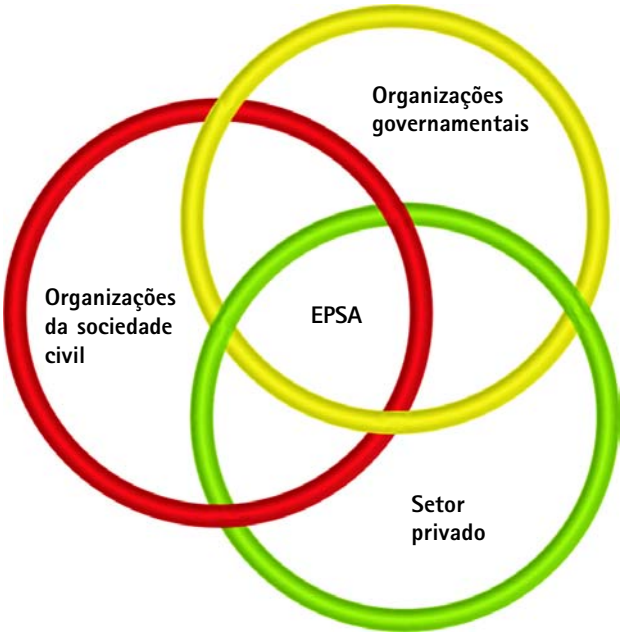
O setor privado vem sendo cada vez mais chamado a assumir um papel responsável na configuração do desenvolvimento econômico, social e ambiental do País. As noções de responsabilidade social e ambiental vêm ganhando força nos setores do empresariado, em função da criação de novos parâmetros e regulamentos, tais como os da série ISO 14000 e os processos de certificação na área ambiental, e das pressões da sociedade e do setor público que buscam comprometê-los com os objetivos de sustentabilidade ambiental. No plano local, onde atuam desde pequenos empreendimentos até empresas transnacionais, o setor privado tem se mostrado um ator-chave para o sucesso ou fracasso de ações que visam ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, os setores empresariais de atuação local e regional, notadamente aqueles vinculados ao comércio e à exploração, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e naturais, têm enfrentado maiores dificuldades em incorporar novos valores e práticas no exercício de suas atividades. Apresentam, ainda, dificuldades específicas de se inserirem em uma outra lógica de regulação das atividades econômicas que os obriga a estarem sob o crivo dos interesses públicos nas questões do desenvolvimento: muitas vezes, emergem fortes tensões e conflitos entre interesses privados e coletivos em relação a questões ambientais.

Estratégias do Programa

Desenvolvimento sustentável
O Padis compreende o conceito de desenvolvimento sustentável do ponto de vista do interesse público e do avanço das sociedades.
E enfatiza o que concerne como prática política aberta à mudança e à diversidade, com base na negociação transparente de interesses, busca de consenso, no incentivo à participação ampla no processo de tomada de decisões em todos os níveis e acesso livre e irrestrito às informações de interesse coletivo.

Desenvolvimento institucional
A perspectiva sustentável de desenvolvimento depende da afirmação do interesse público como o norteador das decisões da sociedade.
E depende também de que os vários interesses e grupos na sociedade possam se organizar, se expressar e se confrontar democraticamente.
Isso requer tanto a construção de uma cultura e uma institucionalidade democráticas como também a existência de organizações fortes, representativas, dotadas de capacidade analítica, propositiva, negociadora e operativa.
Desenvolvimento Institucional, portanto, refere-se a este processo de mudança e aprimoramento das organizações.

Fortalecimento organizacional
O Desenvolvimento Institucional voltado para o Desenvolvimento Sustentável requer entidades ou grupos organizados para atuarem na sociedade em defesa de causas ou interesses coletivos.
O que, por sua vez, requer: o fortalecimento individual das organizações, para que possam melhor cumprir suas missões e objetivos; o crescimento de suas capacidades organizativas, políticas, criativas e de mobilização de recursos, sejam financeiros, materiais, de conhecimentos, de pessoas e habilidades; aumento de sua capacidade de comunicação e diálogo;



aumento de sua capacidade de auto-avaliação, de identificação de seus desafios e necessidades, de conexão com a comunidade e de predisposição à mudança e à convivência produtiva na diversidade; que as organizações sejam cada vez mais sujeitos, protagonistas de seu próprio processo de mudança.

Desenvolvimento Institucional de Espaços Públicos Socioambientais (DI de EPSA)
Um segundo nível de Desenvolvimento Institucional localiza-se justamente no campo que envolve a atuação conjunta dessas organizações. Um espaço complexo de identificação e encaminhamento de problemas socioambientais. E este é o nível crucial de Desenvolvimento Institucional das parcerias.

Foco e medida de sucesso do Padis

Só o desenvolvimento consciente das parcerias, com a pactuação de comportamentos, instrumentos e regras adequadas, levará à criação de institucionalidades realmente identificadas com a idéia de democracia, de cidadania e de espaços públicos eficientes de negociação e decisões socioambientais.

É por isso que o foco preferencial de atuação do Padis está no campo do Desenvolvimento Institucional das entidades, porém no momento em que elas se encontram em espaços públicos, buscando ou atuando em parcerias.

É por isso que a medida de sucesso para o Padis não é apenas o fortalecimento de cada entidade, mas fundamentalmente a evolução de institucionalidades voltadas para as práticas de negociação e parceria.

Atividades realizadas

No período que vai de agosto de 2000 a abril de 2002, o IIEB implantou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável (Padis) por meio da realização da 1ª Agenda de Atividades – Implantação do Padis.

A 1ª Agenda desenvolveu as seguintes atividades:

1. Implantação da operacionalidade do Programa;
2. Levantamento bibliográfico de conceitos, contextos e iniciativas no Brasil das áreas-alvo do Programa;
3. Pesquisa de dados quantitativos e qualitativos com o público-alvo do Programa: ONGs ambientalistas, prefeituras municipais e empresas privadas;
4. Realinhamento estratégico do Programa, efetivado por meio da realização de um seminário interno com convidados;
5. Criação de um Núcleo de Orientação Político-Estratégica do Padis, constituído por profissionais de diversas áreas de saber, especialmente convidados para esse fim;
6. Abertura de Edital de convocação de projetos ao Padis;
7. Recepção e análise de 157 propostas, assinadas por 393 organizações, entre governamentais, não-governamentais e do setor privado;
8. Pré-Seleção, por um Comitê, constituído exclusivamente para esse fim, de 22 propostas. Teve assento no Comitê 1 consultor da área de gestão pública e 7 organizações, entre governamentais, não-governamentais e agências de apoio internacional, diretamente envolvidos com ações ambientais e socioambientais de relevância implementadas no Brasil;
9. Formação de um Cadastro de Consultores e contratação de 25 consultores para atuar nas atividades de campo da 1ª Agenda de Atividades do Programa;
10. Estabelecimento de aliança estratégica com Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), The Nature Conservancy (TNC) e Conservation International (CI);
11. Oficina de preparação dos consultores de campo para a realização da atividade de sondagem com os 22 projetos pré-selecionados;
12. Realização de sondagens em campo, entrevistas, coleta de dados e informações acerca das 22 iniciativas pré-selecionadas;
13. Seminário interno para definição das bases conceituais do programa;
14. Apoio-piloto ao Projeto Ãtame Aniro: A floresta é nossa mãe;
15. Elaboração de relatórios analíticos sobre as 22 iniciativas sondadas de modo a subsidiar a decisão final do Comitê de Seleção de Projetos;
16. Seleção final de 14 iniciativas para o apoio do Padis, em dezembro de 2001, definindo como parceiras do IIEB as organizações co-responsáveis pelas iniciativas;
17. Coordenação de 14 processos participativos de diagnóstico dos desafios socioambientais e institucionais das 14 iniciativas, que juntas somam 83 organizações parceiras;
18. Coordenação de 14 processos participativos de planejamento das ações do Programa com as 14 iniciativas e 83 organizações co-responsáveis, definindo agendas de apoio por organização e agendas comuns por iniciativa;
19. Planejamento Geral da 2ª Agenda de Atividades – Implementação do Padis.

A 1ª Agenda de Atividades do Padis - Implantação do Programa definiu, junto com os parceiros, o que será a 2ª Agenda de Atividades do Padis – Implementação do Programa.

Ou seja, 14 agendas, incluindo agendas de ação por organização e agendas comuns por iniciativa, definiram o leque de ações de consultoria, capacitação, intercâmbio, pesquisa, publicações e de articulação que serão implementadas de abril a dezembro de 2002, podendo estender-se até dezembro de 2003.

Durante a 1ª- Agenda de Atividades, muitas ações para a consolidação temática e político-estratégica do Programa foram realizadas. Seminários, reuniões, diálogos com consultores convidados definiram as diretrizes políticas do Programa e, portanto, fundamentam, igualmente, a 2ª Agenda de Atividades do Padis.

Alianças estratégicas

Uma das mais importantes diretrizes político-estratégicas do Padis é a sinergia. O Programa prevê apoiar-se, sempre que possível e necessário, nas competências e experiências acumuladas por outras organizações, agenciando sua participação e envolvimento no apoio ao Desenvolvimento Institucional das organizações e iniciativas acompanhadas pelo Padis.

Com esse fim, no ano de 2001, o Padis estabeleceu alianças estratégicas com três programas de três importantes organizações do meio ambiental e social do País:

- Associação Brasileira de ONGs (Abong)/ Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI)
- The Nature Conservancy do Brasil (TNC)/ Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional (PROADI)
- Conservation International do Brasil (CI)/ Corredor de Biodiversidade Cerrado

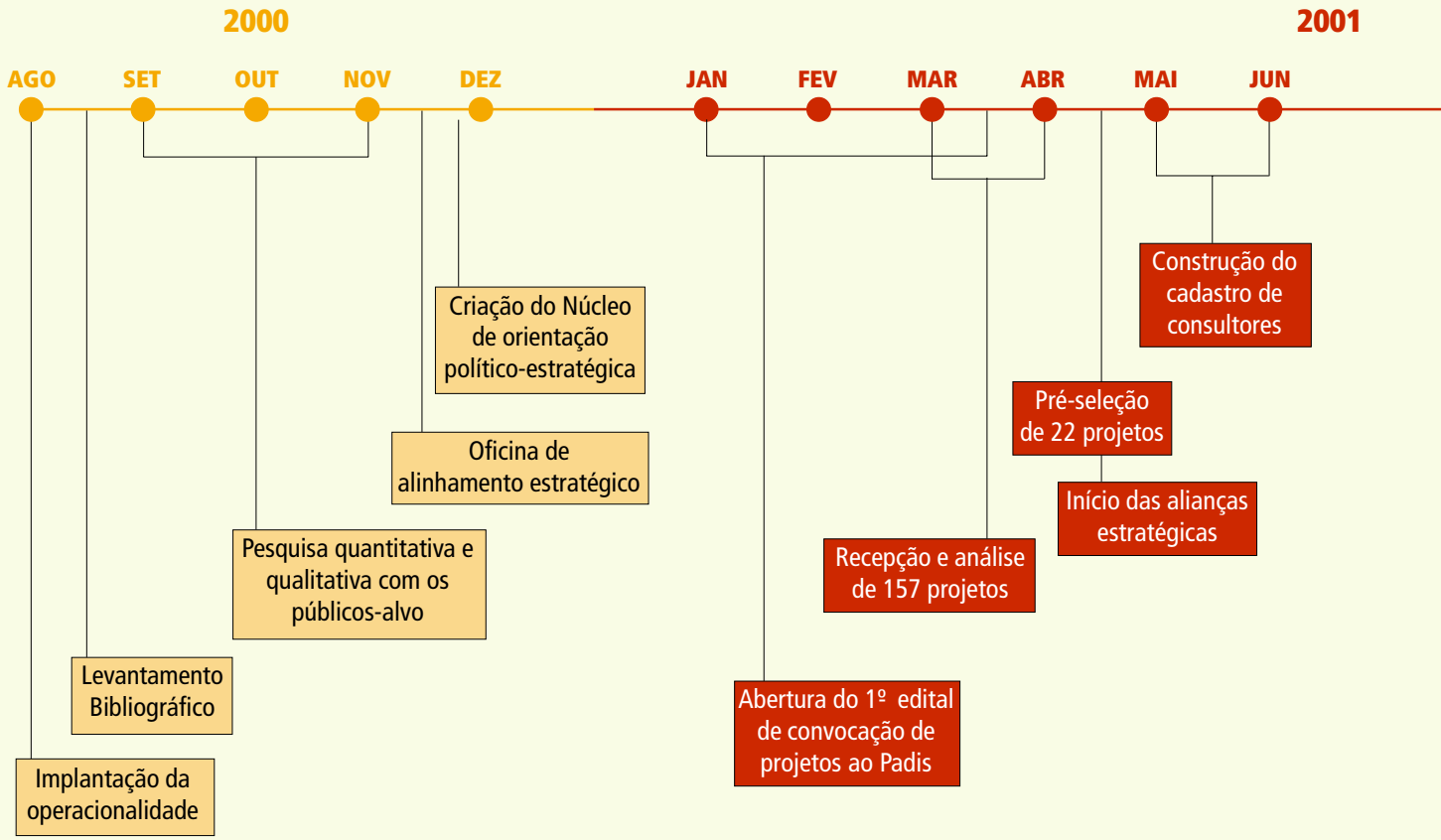
Marcos José Pereira da Silva (Abong) e Lourdes Spinelli (TNC) reunidos com o Núcleo Colegiado do Padis.

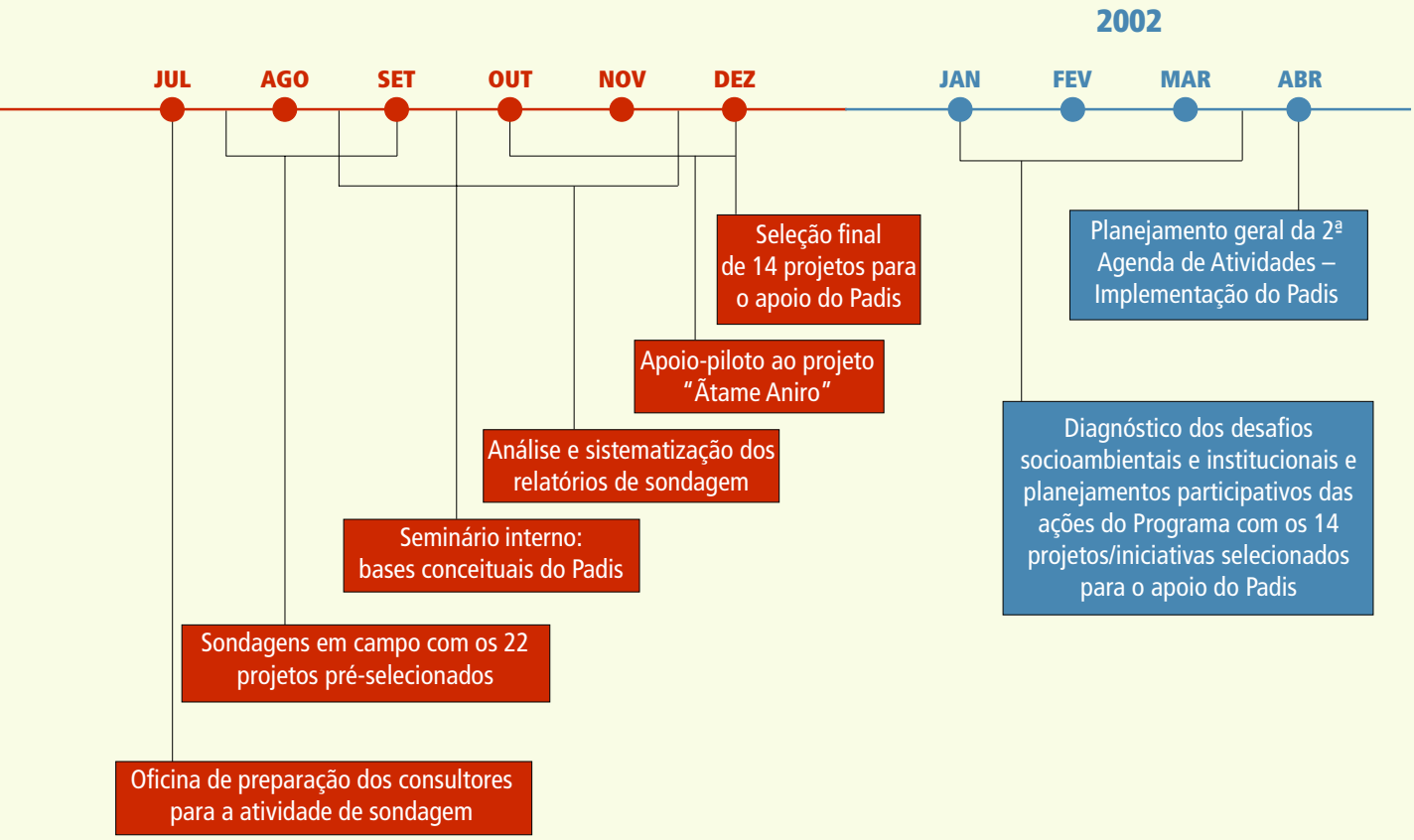
Leila Soraya Menezes (IIEB-Padis), Lourdes Spinelli (TNC/ PROAD) e Paulo Gustavo Prado (CI), durante a Oficina de Diagnóstico e Planejamento das ações do Padis com os parceiros de Mineiros, GO.

A articulação com Abong, TNC e CI tem papel fundamental na construção de uma agenda sobre desenvolvimento institucional que propicie a busca dos objetivos de cada um de seus respectivos programas bem como dos objetivos comuns.

Linha do tempo

Linha do tempo da 1ª Agenda de Atividades – Implantação do Padis




2002
JUL
AGO
SET
OUT
NOV
DEZ
JAN
FEV
MAR
ABR
Seleção final de 14 projetos para o apoio do Padis
Planejamento geral da 2ª Agenda de Atividades – Implementação do Padis
Apoio-piloto ao projeto "Ãtame Aniro"
Análise e sistematização dos relatórios de sondagem
Diagnóstico dos desafios socioambientais e institucionais e planejamentos participativos das ações do Programa com os 14 projetos/iniciativas selecionados para o apoio do Padis
Seminário interno: bases conceituais do Padis
Sondagens em campo com os 22 projetos pré-selecionados
Oficina de preparação dos consultores para a atividade de sondagem

Apoio-piloto ao projeto Ãtame Aniro – a Floresta é Nossa Mãe

Ãtame Aniro: Lideranças Asheninka vão à fronteira de sua terra, que é também fronteira do Brasil com o Peru, e constatam invasão por peruanos, corte de madeiras dentro de suas terras, uma grande extração, inclusive de madeira nobre, e a construção de uma estrada, do lado do Peru, que deve causar grande impacto às nascentes de rios do Alto Juruá.

Ãtame Aniro: visita do presidente do IBAMA, acompanhado pela superintendente do IBAMA no Acre, à Comunidade Asheninka da Aldeia Apiwtxa, quando se discutiu sobre o problema da fronteira Brasil-Peru e o corte de madeira brasileira por peruanos.

No período de 29/10/01 a 23/11/01, o Padis apoiou o Projeto Ãtame Aniro – a floresta é nossa mãe, proposto e executado pela Associação dos Asheninka do Rio Amônia – Apiwtxa em parceria com a Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/Acre e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marechal Thaumaturgo.

O apoio do Padis consistiu em:

- Viabilização do apoio técnico do antropólogo Eduardo Vieira Barnes para acompanhar todo o desenvolvimento do projeto, auxiliar no planejamento, execução e avaliação das tarefas previstas, durante o período de 29 de outubro a 23 de novembro de 2001.
- Mobilização de outras instituições da sociedade civil para o apoio ao projeto e a promoção do contato dos Asheninka com organizações não-governamentais peruanas.

Justificativa do apoio

Este projeto é um dos "frutos" da etapa de sondagem realizada em setembro de 2001, quando uma equipe do Padis realizou trabalho de campo com os parceiros do "Projeto Fortalecendo a Capacidade de Gestão pelas Sociedades Indígenas". Dentre outros pontos e metas sugeridos pela equipe de consultores, foi proposta a elaboração de uma mobilização (plano de ação) para sensibilizar desde a comunidade local, a sociedade nacional até atores internacionais, visando impedir a continuidade de invasões da Terra Indígena Kampa do rio Amônia por madeireiros e empreiteiros peruanos. A provável invasão territorial acontece simultaneamente à abertura de estradas, no território peruano, que afetam diretamente a TI Kampa do rio Amônia. Esses acontecimentos não eram

novidade para a imprensa nacional, que vinha registrando os fatos, a título de denúncia, desde janeiro de 2000. A exploração madeireira traz consigo a ameaça aos ecossistemas existentes nas cabeceiras do rio Juruá e coloca em risco a sustentabilidade territorial e cultural das populações indígenas que habitam a TI Kampa do rio Amônia, além de trazer prejuízos ambientais para a RESEX Alto Juruá, o Parque Nacional da Serra do Divisor e todo o vale do rio Juruá.

A decisão pelo apoio, portanto, deu-se pelo caráter de urgência da proposta dos parceiros de mobilização da sociedade civil para a defesa da TI Kampa do rio Amônia e dos recursos naturais constantes na fronteira Brasil-Peru.

A decisão de apoio deu-se também pela oportunidade aberta ao Programa de aprender com a experiência e levar o aprendizado à próxima etapa de implementação do Padis.

Ãtame Aniro: reunião com o prefeito de Marechal Thaumaturgo, secretários municipais, vereadores, lideranças sociais do município e lideranças Asheninka sobre o problema da invasão da fronteira por madeireiros peruanos e o impacto socioambiental, no lado brasileiro, da construção de uma estrada do lado peruano da fronteira.

Atividades realizadas

Dentro desse quadro, o Padis aprovou a execução do Projeto de mobilização dos Asheninka, acrescentando a necessidade de a mobilização envolver os atores locais, estaduais e nacionais, abrindo uma primeira etapa de articulação dentro do contexto do fortalecimento de um espaço público para discussões de questões socioambientais.

As atividades desenvolvidas foram:	
01 a 08/10/01	Visita às cabeceiras do rio Amoninha, partindo da aldeia Apiwtxa, percorrendo os limites da TI Kampa do rio Amônia, com uma equipe de 20 lideranças indígenas da aldeia Asheninka Apiwtxa.
09/11/01	Visita e reunião na comunidade Asheninka Apiwtxa com a comunidade Asheninka do Sawawo, Peru.
12/11/01	Reunião da comunidade Asheninka Apiwtxa.
15 a 16/11/01	Visita e reunião do presidente do IBAMA e comitiva com a aldeia Apiwtxa.
16/11/01	Reunião da Apiwtxa com sociedade local e organizações civis e públicas de Marechal Thaumaturgo.
19 a 21/11/01	Reunião da Apiwtxa com CPI-Acre de avaliação da mobilização e de preparação para a reunião do dia.
22/11/01	Reunião da Apiwtxa e CPI-Acre com o Conselho Estadual de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia do Acre (CEMACT).
23/11/01	Reunião da Apiwtxa e CPI-Acre com IBAMA-Acre.

Resultados obtidos

A mobilização dos parceiros, apoiada pelo Padis, alcançou o objetivo esperado que era o de promover a articulação da sociedade civil organizada no âmbito municipal, estadual e federal. Os Asheninka vêm se mobilizando em torno destas questões desde 1999, quando constataram a derrubada de madeiras em seu território, e vêm convocando os órgãos federais para que atuem positivamente nesta questão. Até 2001 ainda não havia mudança com relação à problemática. Com a realização do Projeto Ãtame Aniro, passaram a buscar apoio com organizações da sociedade civil da esfera municipal, estadual e nacional. Além disso, também passaram a discutir com as organizações governamentais municipais e estaduais uma forma de solucionar estes problemas.

Ãtame Aniro: reunião de lideranças Asheninka com o Conselho de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Acre (CEMACT), que resultou na Moção de Apoio do CEMACT ao povo Asheninka pela proteção de seu território e vigilância da fronteira Brasil-Peru.

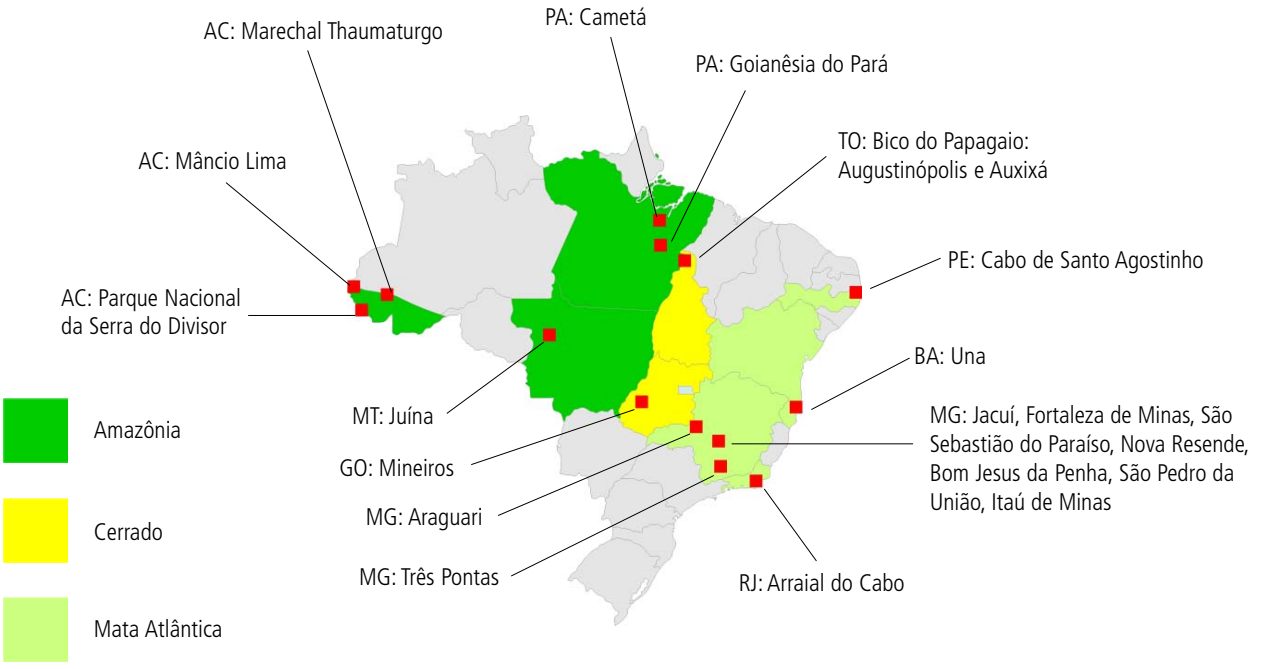
Um ponto fundamental de toda a mobilização é que ela atingiu a sociedade civil de Marechal Thaumaturgo, as associações locais (ASAREAJ, ASAMÔNIA, APOLINA ARARA DO ALTO JURUÁ) e entidades governamentais (Prefeitura e Câmara de Vereadores), que sentaram à mesa para discutir não só a problemática "pontual", da invasão madeireira na TI Kampa do rio Amônia, mas também toda uma situação social e ambiental vivida pelo município. Discutiu-se como conciliar áreas de preservação ambiental, que compreendem quase 90% da área total do município, com outras formas de uso dos recursos naturais; como implementar uma política municipal que incentive a preservação ambiental e garanta a melhoria da qualidade de vida da população; e como abrir um espaço para se pensar uma "florestania" (cidadania na floresta).

Da reunião realizada em Marechal Thaumaturgo, um ponto muito importante foi a aprovação da criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, que poderá vir a ser um importante instrumento de discussão e encaminhamento de questões socioambientais no município, sendo, talvez, um passo fundamental para o fortalecimento do espaço público socioambiental do município.

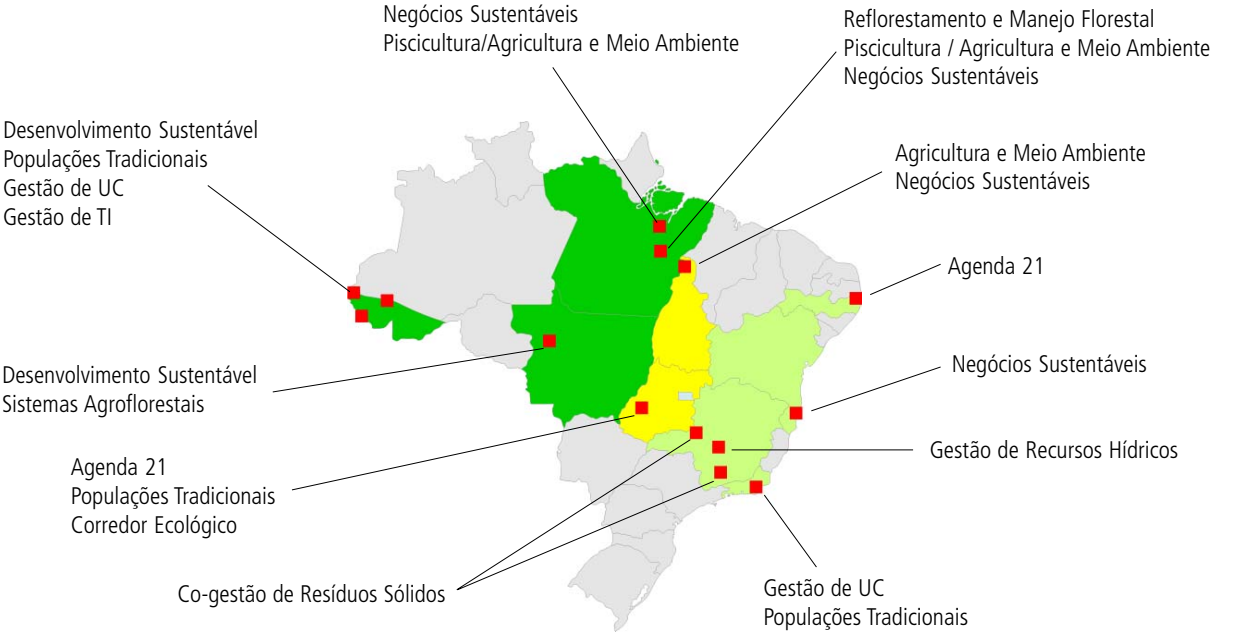
A realização do projeto Ãtame Aniro mobilizou todo um campo de discussões e articulações e proporcionou o fortalecimento das ações no âmbito do relacionamento das diferentes instâncias da sociedade civil local, estadual e nacional. Os Asheninka têm uma história de conquista de direitos territoriais e de políticas de gestão do meio ambiente que hoje está associada a uma grande capacidade de articulação política.

Resultados obtidos com a 1ª Agenda de Atividades – Implantação do Padis

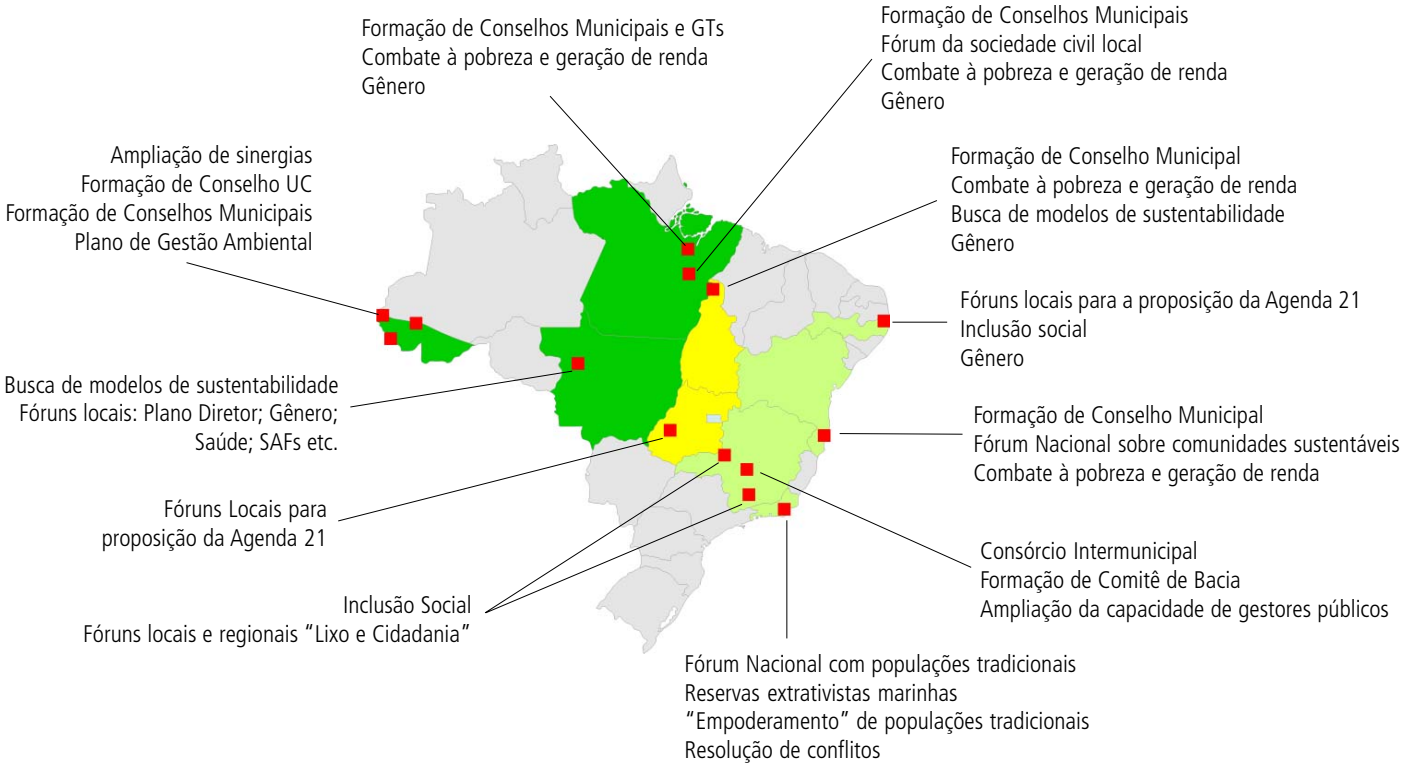
Áreas de abrangência definidas na 1ª Agenda de Atividades do Padis



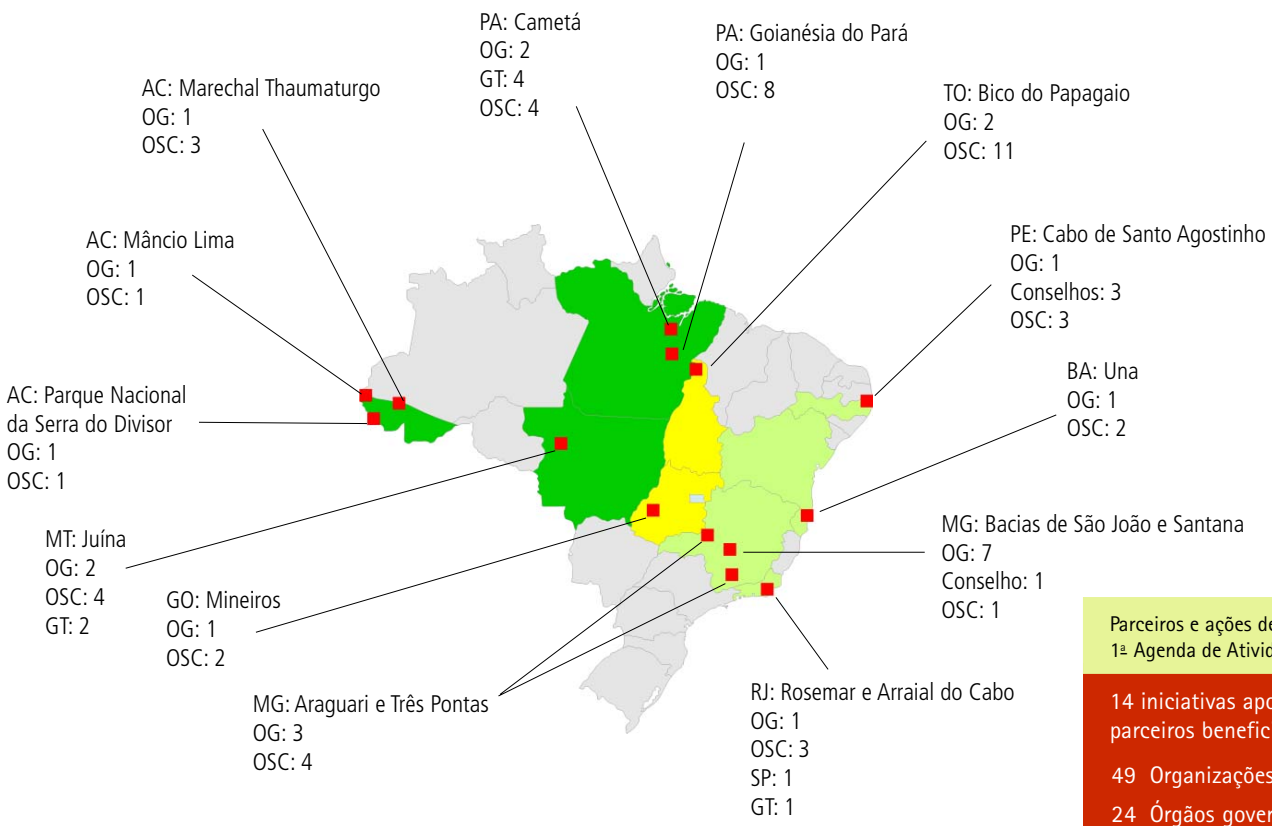
Eixos socioambientais definidos na 1ª Agenda de Atividades do Padis



Eixos sociopolíticos definidos na 1ª Agenda de Atividades do Padis



Beneficiários diretos definidos na 1ª Agenda de Atividades do Padis



Parceiros e ações definidos na 1ª Agenda de Atividades do Padis

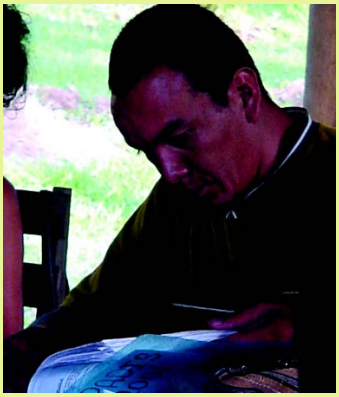
14 iniciativas apoiadas e 83 parceiros beneficiários diretos:

- 49 Organizações da sociedade civil
- 24 Órgãos governamentais
- 2 Conselhos Municipais
- 1 Consórcio intermunicipal
- 7 Grupos de Trabalho

ACRE

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivo geral	Objetivos e Ações por projeto	Parceiros
Norte	Acre	I Projeto Novo Horizonte	Mâncio Lima	Fortalecer os espaços públicos socioambientais locais na perspectiva da constituição do espaço público socioambiental regional no entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor	Com os objetivos de promover gestão ambiental e desenvolvimento sustentável do município de Mâncio Lima e promover o diálogo dos parceiros com outros atores socioambientais da região, as ações pactuadas foram: • Ampliação da capacidade técnica de gestão ambiental da Prefeitura de Mâncio Lima • Criação de uma Secretaria de Meio Ambiente • Intercâmbios com outras secretarias de Meio Ambiente • Ampliação da sinergia entre a sociedade civil organizada e a gestão pública local • Ampliação da capacidade técnico-operativa das organizações parceiras	1. Prefeitura Municipal de Mâncio Lima 2. Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE)
		II Fortalecendo a Capacidade de Gestão Ambiental pelas Sociedades Indígenas	Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, TI Kampa do rio Amônia		Com os objetivos de fortalecer a capacidade de gestão ambiental por sociedades indígenas e ampliar a capacidade de formulação de políticas públicas, as ações pactuadas foram: • Formação do Conselho de Meio Ambiente • Ampliação da capacidade de diálogo entre os diversos atores locais, estaduais e nacionais • Desenvolvimento de Plano de Gestão de território indígena • Ampliação das capacidades técnico-operativas das organizações parceiras	3. Associação Asheninka do rio Amônia – Apiwtxa 4. Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC 5. Secretaria de Meio Ambiente de Marechal Thaumaturgo 6. Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC)
		III Gestão Participativa de Unidades de Conservação e Projetos	Parque Nacional da Serra do Divisor (Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Marechal Thaumaturgo)		Com o objetivo de contribuir para a formação do Conselho Consultivo do PNSD, as ações pactuadas foram: • Capacitação dos Conselheiros do PNSD • Intercâmbios com outras UCs • Ampliação das capacidades técnico-operativas e da capacidade de avaliação das organizações parceiras	7. Associação SOS Amazônia 8. IBAMA/Acre

Organizações parceiras do IIEB PADIS no Acre: Apiwtxa, CPI-Acre, OPIAC, PESACRE, SOS Amazônia, Secretaria de Meio Ambiente de Marechal Thaumaturgo, Prefeitura de Mâncio Lima.



Francisco Pianko Asheninka, secretário de Meio Ambiente do município de Marechal Thaumaturgo.

Cazuza (PESACRE), Wilsilene (Prefeitura de Mâncio Lima) e Izac Pianko (OPIAC).

Isac Pianko, Francisco Pianko e Antônio Pianko Asheninka, lideranças da Apiwtxa.

Da esquerda para a direita: Benk Pianko (Apiwtxa), Francisco Pianko e Eliane (Secretaria de Meio Ambiente de Marechal Thaumaturgo), Miguel Scarcelo (SOS Amazônia), Cazuza e Jacqueline Vilarreal (PESACRE).

Benk Pianko (Apiwtxa) e Jacquelina Vilarreal (PESACRE).

Eliane (Secretaria de Meio Ambiente de Marechal Thaumaturgo) e Nietta Lindenberg Monte (CPI-Acre).

Desenho de Antonio Ontxoki (Apiwtxa) retratando a situação da oficina de planejamento das ações do Padis no Acre.

GOIANÉSIA DO PARÁ

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Norte	Pará	IV Projeto Ambiental Integrado	Goianésia do Pará (Bacia Guamá-Moju)	Com os objetivos de fortalecer o espaço público socioambiental local, com vistas à sustentabilidade das organizações e de suas iniciativas, as ações pactuadas foram: • Ampliação da capacidade político-operativa das organizações locais • Viabilização de planos de negócios sustentáveis de comunidades de pescadores e trabalhadores rurais • Viabilização do Fórum das Associações de Goianésia • Ampliação das capacidades técnicas e operativas locais de reflorestamento e manejo florestal comunitário • Formação de Conselhos Municipais	9. Associação dos Produtores Rurais de Janarí (APROJ) 10. Grupo Amigos em Ação (GAA) 11. Cooperativa Tambaqui 12. Rádio Comunitária Goianésia FM 13. Associação de Reflorestamento da Indústria Madeireira (AREIMAG) 14. Colônia de Pescadores Z-61 de Goianésia do Pará 15. Associação dos Moradores Unidos (AMUGP) 16. Associação dos Moradores (AMBNHSLGP) 17. Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará/ Secretaria de Meio Ambiente

Parceiros do Padis em Goianésia do Pará: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, AREIMAG, GAA, AMUGP, AMBNHSLGP, COPEGO, APROJ e Rádio Comunitária de Goianésia.

Mazinho (presidente da APROJ).

Claudir e Luiz (GAA).

Sede social da APROJ, no Janari, Goianésia do Pará.

Fagundes (APROJ), Deusdete (AMUGP), Emiliano (Rádio Comunitária de Goianésia), Ariosvaldo (COPEGO) e Cavalcante (AMBNHSLGP).

Oficina de planejamento das ações do PADIS com os parceiros de Goianésia do Pará.

Oficina de planejamento das ações do PADIS em Goianésia do Pará.

CAMETÁ

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Norte	Pará	V Programa de Fortalecimento das Organizações Locais – Capacitação Rumo a Estratégias de Desenvolvimento Sustentável	Cametá	Com o objetivo de fortalecer os espaços públicos socioambientais locais, a busca e proposição compartilhada de soluções para o município, as ações pactuadas foram: • Ampliação das capacidades técnico-operativas de 4 GTs compostos pelos atores locais • Ampliação das capacidades técnico-gerenciais das organizações parceiras • Formação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Agricultura • Busca compartilhada de alternativas sustentáveis econômicas • Diagnóstico socioambiental do município e sistematização dos dados acumulados por atores locais • Busca compartilhada de recursos financeiros para o município, organizações sociais e iniciativas	18. Associação de Mini e Pequenos pescadores Artesanais de Cametá (AMPPAC) 19. Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá 20. Centro Mindi 21. IDEAS 22. Prefeitura Municipal de Cametá/Secretaria de Meio Ambiente 23. Prefeitura Municipal de Cametá/SEMAGRI 24. GT Agroindústria 25. GT Sustentabilidade 26. GT Banco de Dados 27. GT Formação de Conselhos

Oficina de planejamento das ações do Padis com os parceiros de Cametá: Secretaria de Agricultura, CEMAN, IDEAS, Secretaria de Meio Ambiente, AMPPAC e Colônia de Pescadores de Cametá.

Iracio, presidente da Colônia de Pescadores de Cametá.

Da esquerda para direita: Iracio (Colônia de Pescadores), Lúcio, Teotone e Ney (AMPPAC), Carlos e Waldir (Colônia de Pescadores).

Clívia, do Centro Miriti - CEMAN.

Marivaldo (Secretário de Meio Ambiente) e Teotone (AMPPAC).

No primeiro plano, Oswaldo e Bragança (IDEAS), e atrás Paulo Roberto (Secretaria de Agricultura) e Marivaldo (Secretaria de Meio Ambiente).

BICO DO PAPAGAIO

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Norte	Tocantins	VI Projeto Integrar para o Desenvolvimento Sustentável do Bico do Papagaio	Augustinópolis, Axixá	Com o objetivo de fortalecer os espaços socio-políticos conquistados pelos atores locais e sua interface com as questões ambientais, as ações pactuadas foram: • Diagnóstico socioambiental do município de Axixá e planejamento participativo de ações ambientais sustentáveis para o município • Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável • Formação de lideranças • Desenvolvimento de planos de negócios sustentáveis • Ampliação das capacidades técnicas e gerenciais das organizações parceiras	28. Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP) 29. Associação Alternativa para a Pequena Agricultura do Tocantins (APA-TO) 30. Associação de Apicultores do Bico do Papagaio (ABIPA) 31. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axixá (STR) 32. Associação dos Pequenos Produtores dos Projetos de Assentamento Anajás (APPPA Anajás) 33. APPPA Babaçu 34. APPPA Boa Sorte 35. APPPA Buritis 36. APPPA Santa Juliana 37. APPPA Santa Bárbara 38. Creche Assistencial São Francisco de Assis (CASFA) 39. Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (COOPTER) 40. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Axixá

Parceiros do PADIS no Bico do Papagaio: ASMUBIP, APA-TO, ABIPA, STR de Axixá, APPPAs Anajás, Babaçu, Boa Sorte, Buritis, Santa Juliana e Santa Bárbara, CASFA, COOPTER e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Axixá.

D. Emília, Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu do Bico do Papagaio.

Yuki, coordenadora da APA-TO.

José Macena, presidente do P.A. Grotão e vice-prefeito de Axixá.

Reunião das lideranças dos Assentamentos do Bico do Papagaio durante a oficina de planejamento dos parceiros do PADIS em Augustinópolis e Axixá.

Marinalva (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axixá) e Ruidiard (Secretário de Meio Ambiente de Axixá).

MINEIROS

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Centro-Oeste	Goiás	VII Desenvolvimento Institucional para o Desenvolvimento Sustentável de Mineiros	Mineiros	Com o objetivo de contribuir para a ampliação do diálogo entre os vários atores locais e a sinergia do processo de proposição da Agenda 21 do município com o processo de diagnóstico e plano ambiental, as ações pactuadas foram: • Diagnóstico socioambiental participativo • Planejamento de ações sustentáveis socioambientais • Inclusão de novos parceiros na articulação • Ampliação da capacidade técnico-operativa dos parceiros	41. Comunidade do Cedro 42. Oréades Núcleo de Geoprocessamento 43. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura de Mineiros (SEMACTUR)

Parceiros do PADIS em Mineiros: Comunidade do Cedro, Oréades e SEMACTUR

Atividade de recreação durante a oficina de planejamento em Mineiros.

Oficina de planejamento das ações do PADIS com os parceiros de Mineiros.

Elmar, Secretário de Meio Ambiente, Cultura e Turismo de Mineiros.

Nondas (Comunidade do Cedro) e Leila (coordenadora do PADIS) durante oficina de planejamento das ações do PADIS em Mineiros.

Ângela, liderança da Comunidade do Cedro.

JUÍNA

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Centro-Oeste	Mato Grosso	VIII Juína: de Rainha da Floresta à Herdeira do Futuro	Juína	Com o objetivo de contribuir para que o processo de articulação existente no município de Juína possa gerar um projeto de desenvolvimento sustentável para a cidade, as ações pactuadas foram: • Realização do Fórum de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Juína • Realização do Fórum Saúde Pública • Proposição e desenvolvimento do Plano Diretor do município • Desenvolvimento de um modelo de sustentabilidade com base em sistemas agroflorestais e agricultura orgânica • Formação de lideranças • Ampliação das capacidades técnicas e gerenciais das organizações parceiras • Ampliação da capacidade de comunicação interna e externa dos parceiros	44. Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua (AJOPAM) 45. Associação dos Produtores Feirantes de Juína (APROFEJU) 46. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juína (STR) 47. Comissão Pastoral da Terra / GT Mulheres da CPT 48. Pastoral da Saúde 49. Instituto Centro de Vida (ICV) 50. Prefeitura Municipal de Juína/Secretaria de Agricultura, Mineração e Meio Ambiente 51. Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) 52. GT Sistemas Agroflorestais 53. GT Formação de Lideranças

Parceiros do PADIS em Juína: STR de Juína, Prefeitura Municipal de Juína, Secretaria de Meio Ambiente, AJOPAM, APROFEJU, Pastoral da Saúde, GT Mulheres da CPT, EMPAER.

Carlos, Secretário de Meio Ambiente de Juína.

Dorcina (AJOPAM) e Adélia (Pastoral da Saúde).

Irmã Maria (GT Mulheres da CPT) e Cícero (AJOPAM).

Elói (liderança local) e Gilmar (APROFEJU).

Gilmar (APROFEJU), Antônio (Prefeitura de Juína) e Conceição (APROFEJU).

ARAGUARI

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Sudeste	Minas Gerais	IX Parceria entre os Catadores de Material Reciclável e a Prefeitura Municipal de Araguari para a co-gestão de Resíduos Sólidos	Araguari	Com o objetivo de contribuir com o processo de co-gestão de resíduos sólidos do município de Araguari, as ações pactuadas foram: • Formação da associação dos catadores de materiais recicláveis do município • Realização do fórum "Lixo e Cidadania" • Sistematização e publicação de metodologias para a organização social de catadores • Ampliação da capacidade de gestão dos parceiros • Intercâmbio da ASCAMARA contras experiências	54. Associação dos Catadores de Material Reciclável de Araguari (ASCAMARA) 55. Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA) 56. Prefeitura Municipal de Araguari/Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente de Araguari 57. Prefeitura Municipal de Araguari/Secretaria de Assistência Social

Seu Paraná, liderança da ASCAMARA

Atividade de integração durante a oficina de planejamento das ações do Padis com os parceiros de Araguari.

Lideranças de mulheres da ASCAMARA.

Oficina de planejamento das ações do Padis com os parceiros de Araguari: ASCAMARA, Secretaria de Meio Ambiente e INSEA.

Cândice (Secretaria de Meio Ambiente de Araguari), Cido e Aurora (INSEA).

TRÊS PONTAS

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Sudeste	Minas Gerais	X Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – Gestão Social dos Catadores	Três Pontas	Com o objetivo de contribuir com o processo de consolidação da gestão integrada e coletiva de resíduos sólidos do município de Três Pontas e a concomitante inclusão social dos catadores, as ações pactuadas foram: • Formulação de um plano de ações estratégicas e constituição de grupo executivo • Realização de ações emergenciais em relação aos catadores • Assessoria para atualização de diagnóstico técnico sobre o lixo no município e estudos de viabilidade e elaboração da proposta de coleta seletiva • Mobilização social e realização do fórum "Lixo e Cidadania" • Intercâmbios e contatos estaduais e regionais • Capacitação das equipes das secretarias diretamente envolvidas no processo para a realização de diagnóstico participativo dos catadores e na metodologia de trabalho a ser realizado com eles	58. Associação dos Catadores do município de Três Pontas 59. Grupo de Voluntários de Três Pontas 60. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Três Pontas

Parceiros do Padis em Três Pontas: Secretaria de Meio Ambiente, Grupo de Voluntários e catadores de material reciclável.

Parceiros de Três Pontas durante oficina de planejamento das ações do Padis. Em primeiro plano, Haroldo Jr., Secretário de Meio Ambiente.

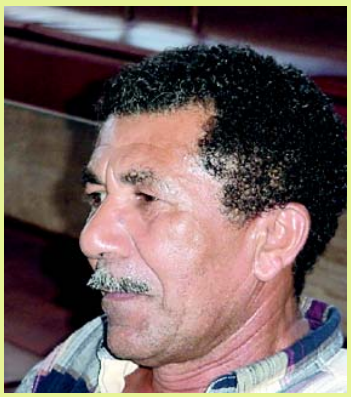
UNA

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Nordeste	Bahia	XIII Desenvolvimento Institucional para Comunidades Sustentáveis	Una	Com o objetivo de fortalecer espaços de debates de leituras de problemas e alternativas para o desenvolvimento sustentável do sul da Bahia, as ações pactuadas foram: • Formação do Conselho de Meio Ambiente • Ampliar a capacidade técnico-operativa das organizações parceiras • Realização do Fórum Regional Comunidades Sustentáveis	61. Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) 62. Cooperativa dos Produtores Rurais de Una (COOPERUNA) 63. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de Una

Rui Rocha (IESB) durante oficina de planejamento com parceiros de Una.

Parceiros do Padis em Una: IESB, COOPERUNA e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Oficina de planejamento das ações do Padis em Una.



Félix, Presidente da COOPERUNA.

Farias (Secretário de Meio Ambiente de Una) e Luis Lima (IESB).

ARRAIAL DO CABO

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Sudeste	Rio de Janeiro	XII Desenvolvimento Institucional para a Sustentabilidade e Integridade da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo	Arraial do Cabo, RESEX Marinha do Arraial do Cabo	Com o objetivo de promover o desenvolvimento institucional para a sustentabilidade e integridade da ResexMar de Arraial do Cabo e da população tradicional que vive nela, as ações pactuadas foram: • Resolução de conflitos • Ampliação da capacidade de diálogo dos diversos atores governamentais, não-governamentais e do setor privado, direta ou indiretamente, envolvidos na Resex • Viabilização do diálogo e intercâmbio entre populações tradicionais de reservas extrativistas marinhas do Brasil • Educação Ambiental • Apoio a ações de responsabilidade ambiental privada • Ampliação das capacidades técnico-operativas das organizações parceiras	64. Associação de Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (AREMAC) 65. Associação dos Coletores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo (ACRIMAC) 66. Movimento Ecológico Ressurgência 67. Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA) 68. Cia. Nacional de Álcalis 69. GT Resolução de Conflitos

Oficina de planejamento das ações do Padis com os parceiros da ResexMar de Arraial do Cabo.

Parceiros do Padis em Arraial do Cabo: AREMAC, ACRIMAC, Movimento Ressurgência, CNPT-IBAMA de Arraial do Cabo e Cia. Nacional de Álcalis.

Oficina de planejamento das ações do Padis em Arraial.

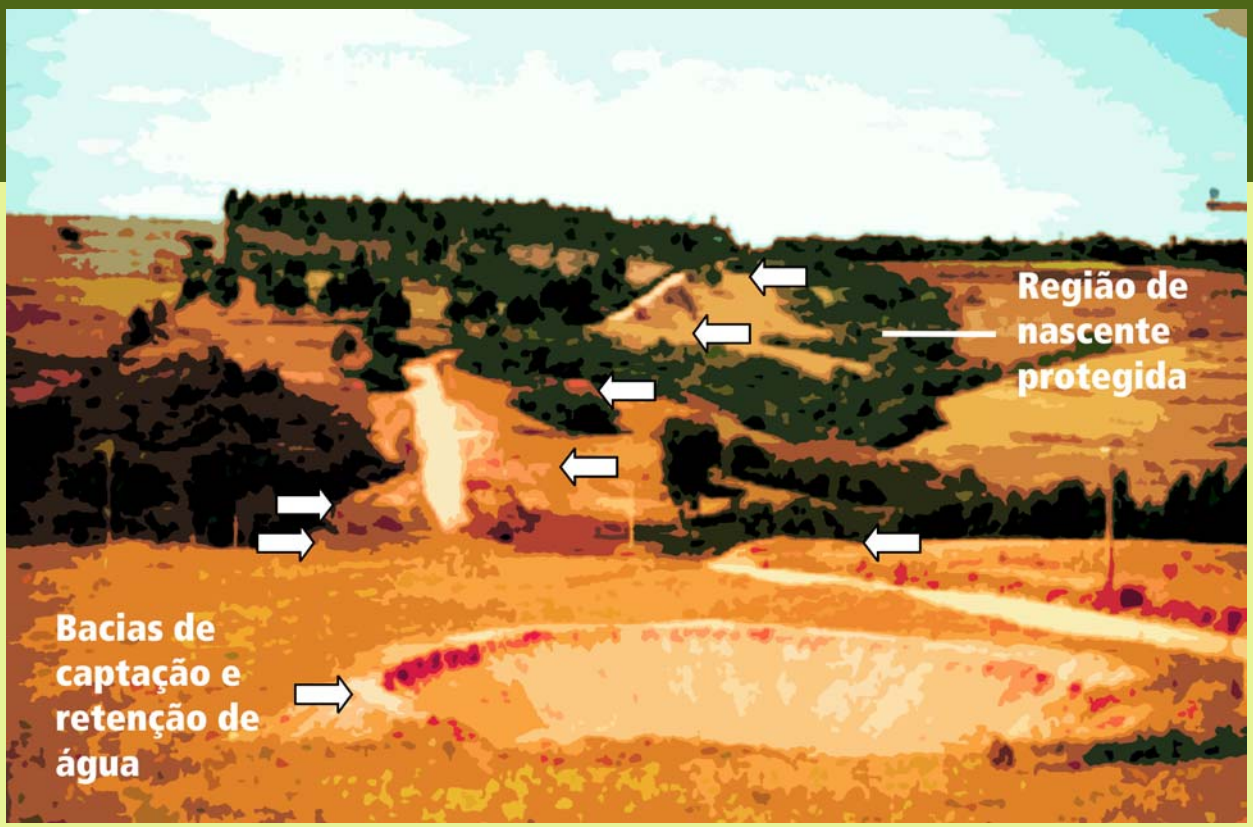
Manuel Melo da Silva, Presidente da AREMAC.

CONSÓRCIO AMBIENTAL

Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Sudeste	Minas Gerais	XI Projeto para a Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios São João e Santana	Jacuí, Fortaleza de Minas, São Sebastião do Paraíso, Nova Resende, Bom Jesus da Penha, São Pedro da União, Itaú de Minas	Com o objetivo de contribuir para a recuperação das bacias dos rios São João e Santana, as ações pactuadas foram: • Fortalecimento do Consórcio Intermunicipal política, técnica e operacionalmente por meio da viabilização de intercâmbios e cursos de capacitação • Fortalecimento dos CODEMAS nos municípios por meio da viabilização de intercâmbios e cursos de capacitação • Formação de multiplicadores socioambientais para desenvolverem programa de Educação Ambiental	70. Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios São João e Santana 71. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jacuí 72. Prefeitura Municipal de Jacuí 73. Prefeitura Municipal de Fortaleza de Minas 74. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso 75. Prefeitura Municipal de Nova Resende 76. Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Penha 77. Prefeitura Municipal de São Pedro da União 78. Prefeitura Municipal de Itaú de Minas

Reunião do Consórcio Intermunicipal durante atividade de sondagem.

Vista de parte do município de Jacuí e São Sebastião do Paraíso ao fundo.



Exemplo de Trabalho com Bacias de Captação e Retenção de Água Implementadas na Região do Projeto.

Lago de Furnas mostrando sua situação de desabastecimento de água.

CABO DE SANTO AGOSTINHO

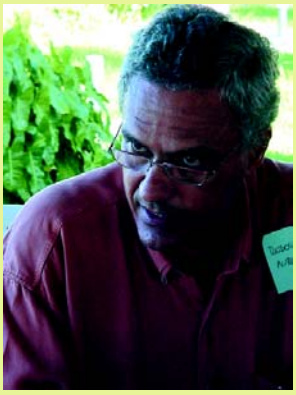
Região	Estado	Projetos /Iniciativa	Cidades /Localidades	Objetivos e Ações	Parceiros
Nordeste	Pernambuco	XIV Proposição da Agenda 21 Local	Cabo de Santo Agostinho	Com o objetivo de contribuir com a proposição da Agenda 21 local, as ações pactuadas foram: • Facilitação do processo de proposição da Agenda 21 • Formação dos Conselhos Municipais de Cabo de Santo Agostinho • Ampliação das capacidades técnico-operativas	79. Centro de Mulheres do Cabo 80. Centro de Saúde Popular Raízes da Terra (CESPRATE) 81. Colônia de Pescadores Z-8 do Cabo 82. Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Cabo de Santo Agostinho 83. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Cabo de Santo Agostinho

Organizações da sociedade civil parceiras do Padis em Cabo de Santo Agostinho.

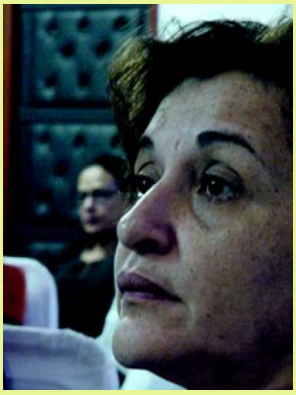
Oficina de planejamento das ações do Padis com os parceiros de Cabo de Santo Agostinho: Secretaria de Meio Ambiente, Centro de Mulheres do Cabo, Colônia de Pescadores do Cabo, CESPRATE, Associação do Movimento dos Moradores da Vila Claudete e Conselhos Municipais.

Reunião das secretarias municipais de Cabo de Santo Agostinho durante oficina de planejamento das ações do Padis.

Bete Braga (Secretaria de Meio Ambiente).

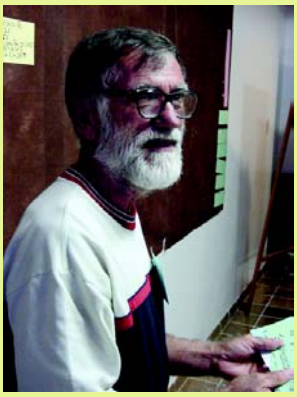


Rodolfo Aureliano, Secretário de Meio Ambiente de Cabo de Santo Agostinho.



Silvia Maria, coordenadora-geral do Centro de Mulheres do Cabo.

Josefa (presidente da Colônia de Pescadores do Cabo), Silvia (Centro de Mulheres do Cabo) e, ao fundo, Bete (Secretaria de Meio Ambiente).



João Torres, CESPRATE.

Perspectivas do Padis para A 2ª Agenda de Atividades

A partir de abril de 2002, o Programa dará início a sua 2ª Agenda de Atividades.

Com o início da 2ª Agenda de Atividades do Padis, ocorrerá a implementação dos objetivos do Programa, organizada em três eixos de ação:

- Apoio direto às iniciativas e organizações parceiras, bem como aos espaços públicos que as constituem;
- Produção e difusão de conhecimento, de acordo com as temáticas trabalhadas nas iniciativas apoiadas;
- Estabelecimento de Relações Institucionais.

Apoio direto aos projetos e organizações parceiras

Com os Diagnósticos e Planejamentos Participativos, realizados durante a 1ª Agenda de Atividades do Padis – Implantação, com as 14 iniciativas eleitas para o apoio do Programa, definiram-se as necessidades institucionais para o enfrentamento conjunto dos desafios socio-ambientais, de cada um dos 14 projetos e 83 organizações parceiras, bem como as ações de desenvolvimento institucional correspondentes a serem implementadas pelo Programa com as iniciativas e os parceiros. Assim, a Agenda de Apoio Direto aos Projetos e Organizações Parceiras da 2ª Agenda de Atividades do Padis/ Implementação do Programa ficou decicida.

Produção e difusão de conhecimento

A produção e difusão de conhecimentos acumulados pelo Padis são ações previstas na implementação do Programa. A definição de um plano de produção de conhecimentos deverá ocorrer durante a realização da 2ª Agenda de Atividades do Padis.

Relações institucionais

A articulações institucionais com outras organizações e programas, de modo a buscar sinergia, intercâmbio de informação e ações conjuntas, são parte das ações previstas na implementação do Programa, para sua efetividade, continuidade e sustentabilidade, bem como para a consolidação das alianças estratégicas conquistadas durante a 1ª Agenda de Atividades do Padis.

Agenda de apoio direto às iniciativas e organizações parceiras

O apoio direto aos projetos e às organizações parceiras, bem como aos espaços públicos que os constituem, prevê a realização das seguintes atividades a partir do ano de 2002:

Atividades-meio	Atividades-fim
1. Contratação de consultores (que serão selecionados a partir do Cadastro de Consultores do PADIS, banco construído durante a 1ª Agenda de Atividades, ou pela indicação dos parceiros)	1. Assessoria em Avaliação 2. Assessoria em Captação de Recursos 3. Assessoria em Manejo Florestal e Reflorestamento 4. Assessoria em Piscicultura 5. Assessoria em Planejamento Estratégico 6. Assessoria em Plano de Manejo 7. Assessoria em Plano de Negócios 8. Assessoria em Plano de Sustentabilidade 9. Assessoria em Gerenciamento e Administração 10. Assessoria Jurídica 11. Assessoria para a realização de Fóruns 12. Assessoria para construção de Sistemas de Indicadores e Avaliação 13. Assessoria para construção de Websites 14. Assessoria para implantação de Planejamento Estratégico 15. Assessoria para realização de Diagnóstico e Plano Socioambiental 16. Assessoria para Sistematização de Experiências e Informações 17. Assessoria para Solução de Conflitos 18. Outras Assessorias especiais 19. Curso de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável 20. Curso de Gestão de Projetos 21. Curso de Legislação Ambiental 22. Curso de Funcionamento de Conselhos 23. Curso para formação de Agentes Ambientais 24. Curso Políticas Públicas 25. Fóruns (Agentes Agroflorestais Indígenas; Populações Tradicionais de Resex Marinhas; Negócios e Comunidades Sustentáveis etc.) 26. Intercâmbios de experiências 27. Oficina de Elaboração de Projetos, Negociação e Captação de Recursos 28. Oficina de Ferramentas da Comunicação 29. Oficina de Formação de Lideranças 30. Oficina de Gênero e Relações Humanas 31. Oficina de Gerenciamento e Controle Administrativo 32. Publicação 33. Treinamento em Informática
2. Elaboração de Termos de Referência (TdR), que orientarão as atividades dos consultores no campo (atividades-fim)	
3. Monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas no campo (atividades-fim)	
4. Viabilização logística (passagens, hospedagens, diárias de alimentação, seguro-viagem etc.) da atividade de campo do consultor	
5. Aquisição de material de consumo, incluindo papelaria e gráfica e equipamentos, que contribua à implementação das atividades-fim	
6. Oficinas político-estratégicas e temáticas do Padis	

São cerca de 33 tipos de atividades-fim (de apoio direto) programadas para serem executadas durante a 2ª Agenda de Atividades do Padis, perfazendo um total de 310 atividades pactuadas entre o Programa e os parceiros. O Programa pretende realizar 80% das 310 atividades pactuadas, ou seja, cerca de 248 ações.

Importante notar que, do total das atividades pactuadas:

- 66% são ações de apoio direto ao desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil;
- 14,5% são apoio direto à articulação dessas organizações com outros atores locais, como órgãos governamentais, Conselhos Municipais e setor privado;
- 12,5 são ações de apoio direto a Prefeituras ou a suas Secretarias de Meio Ambiente ou Agricultura; e
- 7% das atividades pactuadas são ações de apoio direto a Conselhos Municipais.

As ações mais solicitadas pelos parceiros, dada a situação atual de suas organizações, são:

- Intercâmbio com outras experiências (42);
- assessorias especiais (29), que são, em geral, técnicas;
- assessoria para o desenvolvimento de planejamentos estratégicos (27);
- oficinas de elaboração de projetos, negociação e captação de recursos (22);
- assessoria para captação de recursos (20); e
- oficinas de gerenciamento e controle administrativo (18).

Agenda de Atividades de apoio direto a ser realizada em 2002						
Atividades-fim	Beneficiários				Total	
	Prefeitura	Conselho	OSC	Agenda comum	Soma	Realizável
1. Assessoria em Avaliação	0	0	2	0	2	**2**
2. Assessoria em Captação de Recursos	1	1	16	2	20	**9**
3. Assessoria em Manejo Florestal e Reflorestamento	0	0	1	0	1	**1**
4. Assessoria em Piscicultura	0	0	1	0	1	**1**
5. Assessoria em Planejamento Estratégico	5	0	19	3	27	**26**
6. Assessoria em Plano de Manejo	0	0	2	0	2	**2**
7. Assessoria em Plano de Negócios	0	0	5	1	6	**6**
8. Assessoria em Plano de Sustentabilidade	0	0	5	0	5	**5**
9. Assessoria em Gerenciamento e Administração	1	0	6	0	7	**4**
10. Assessoria Jurídica	0	3	8	1	12	**10**
11. Assessoria para a realização de Fóruns	0	0	4	3	7	**7**
12. Assessoria para construção de Sistemas e Indicadores e Avaliação	0	0	4	0	4	**4**
13. Assessoria para construção de Websites	0	0	2	0	2	**2**
14. Assessoria para implantação de Planejamento Estratégico	0	0	8	0	8	**5**
15. Assessoria para realização de Diagnósticos e Planos Socioambientais	2	0	0	2	4	**3**
16. Assessoria para Sistematização de Experiências e Informações	2	0	8	2	12	**12**
17. Assessoria para Solução de Conflitos	0	0	1	0	1	**1**
18. Outras Assessorias especiais (implantação de Secretaria de Meio Ambiente; criação de Conselhos Municipais, Plano Diretor, Pesquisas e Estudos etc.)	6	1	17	5	29	**28**
19. Curso de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	1	1	4	0	6	**6**
20. Curso de Gestão de Projetos	1	0	2	3	6	**5**
21. Curso de Legislação Ambiental	1	4	5	2	12	**7**
22. Curso de Funcionamento de Conselhos	0	4	2	2	8	**5**
23. Curso para formação de Agentes Ambientais	1	0	0	1	2	**2**
24. Curso Políticas Públicas	1	4	5	2	12	**7**
25. Fóruns (Agentes Agroflorestais Indígenas; Populações Tradicionais de Resex Marinhas; Negócios e Comunidades Sustentáveis etc.)	1	0	4	3	8	**8**
26. Intercâmbios de experiências	8	3	25	6	42	**36**
27. Oficina de Elaboração de Projetos, Negociação e Captação de Recursos	6	0	15	1	22	**11**
28. Oficina de Ferramentas da Comunicação	0	1	6	1	8	**6**
29. Oficina de Formação de Lideranças	0	0	2	1	3	**3**
30. Oficina de Gênero e Relações Humanas	0	0	1	0	1	**1**
31. Oficina de Gerenciamento e Controle Administrativo	2	0	13	3	18	**11**
32. Publicação	0	0	9	1	10	**10**
33. Treinamento em Informática	0	0	2	0	2	**2**
SOMA	39	22	204	45	310	248
%	12,5	7,0	66,0	14,5	100	80

Estrutura funcional durante a realização da 1ª Agenda de Atividades do Padis

Comitê de Seleção de Projetos:

IIEB/Secretaria Executiva (Presidente do Comitê de Seleção do Padis)

IIEB/Conselho Diretor
Embaixada do Reino dos Países Baixos
MMA/Secretaria de Estado da Amazônia
Agência Nacional de Águas - ANA
Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA
USAID/Program Environmental
The Nature Conservancy
Consultor em Gestão Pública/Independente

Núcleo Colegiado:

Em pé:
Leila Soraya Menezes
Adriana Ramos
Alexandra Reschke
Domingos Armani e
Maristela Bernardo

Sentados:
Aurélio Vianna
Donald Sawyer e
Leandro Valarelli

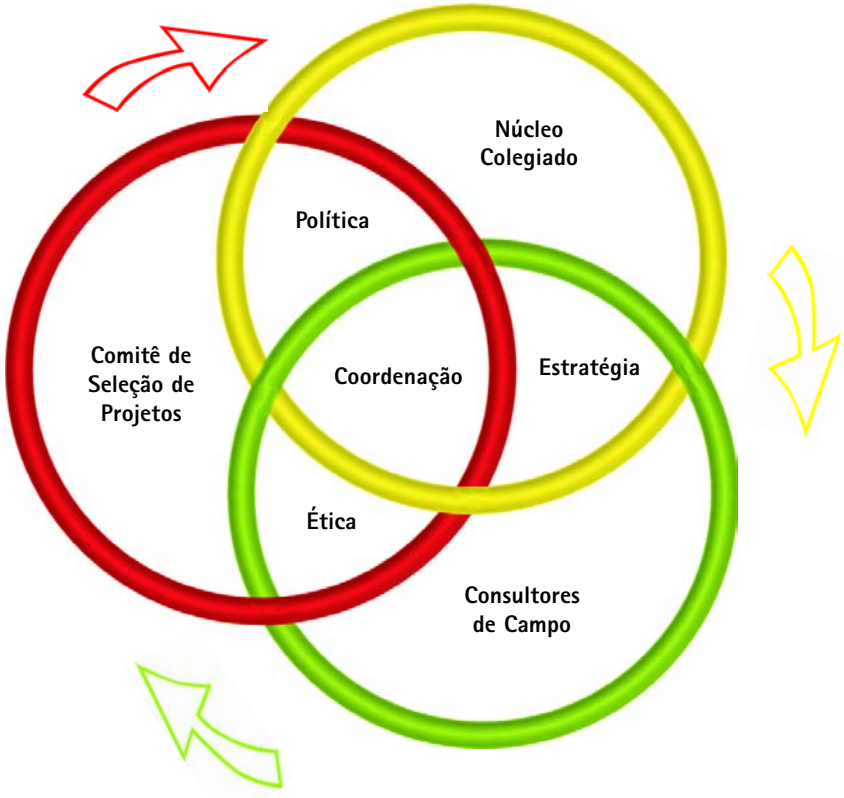
Consultores de Campo durante oficina de preparação para a atividade de sondagem:

Ailton Dias
Alberto Bracagioli
Albina Cusmanich Ayala
Andréa Alice Faria
Átila Kaiser
Carla Andrade
Cláudia Teixeira
Duvanil Ney Aleixo
Eduardo Baptista
Eduardo Barnes
Elza Suely Anderson
Hans Christian Schmidt
Hilda Fadiga
Josinaldo Aleixo
Laila Mendes
Luiz Antonio Staub Mafra
Marcos Campolim
Maria Helena Murta
Pedro Jaime de Coelho
Renato Rivaben
Rodrigo Junqueira
Yucatã Teixeira

Consultores Convidados:
Olympio Barbanti
Gustavo Sérgio Lins Ribeiro
Rogério Giugliano

Estagiárias:
Gabriela Borges Antunes
Helen Karen Jones
Lidiane Rocha de O. Melo

Organograma do PADIS



CSP > NC
NC > CdC
CdC > CSP

Gerência Institucional

Camila Pinheiro de Castro
Gerente Institucional

A Gerência Institucional foi criada em 2001 a partir da necessidade de promover uma maior integraçao entre os quatro programas realizados pelo IIEB. Dentre as suas atribuições estão a área de comunicação, que envolve divulgação e publicações, a área de pesquisa, além da gestão e administração da capacidade físico-operacional da equipe, envolvendo também o estímulo à formação continuada do time do Instituto por meio da participação em cursos de capacitação e eventos.

Outra importante atribuição da Gerência Institucional é a gestão dos cursos de aperfeiçoamento e capacitação oferecidos pelo IIEB, a saber: Política Ambiental, Direito Ambiental, Comunicação e Meio Ambiente, Ferramentas da Comunicação, Ferramentas Econômicas para a Conservação de Ecossistemas Tropicais e Manejo Florestal Comunitário na Amazônia. Além do planejamento e da administração dos cursos e oficinas, a Gerência Institucional é responsável pela construção dos indicadores de avaliação dos resultados obtidos nos cursos realizados.

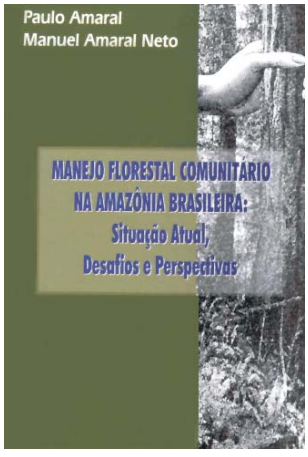
Comunicação

Divulgação

- Constituição do cadastro de emails para divulgação dos programas e cursos do IIEB. Esse cadastro inclui e-mails de indivíduos e instituições que receberam apoio do IIEB, parceiros, colaboradores e pessoas interessadas nas ações do Instituto.
- No decorrer do ano de 2001, foram lançadas divulgações, por correio eletrônico, dos cursos, dos editais de seleção, para apoio direto dos Programas, e do edital de convocação de consultores.
- Vários anúncios das atividades do IIEB foram publicados em boletins eletrônicos de instituições parceiras, tais como Associação Mineira de Defesa Ambiental (AMDA) e a Rede de Instituições ao Terceiro Setor (RITS), e também em jornais de circulação nacional, como a Gazeta Mercantil.
- Reformulação do design do site do IIEB, com reestruturação gráfica e de conteúdo.
- Criação do site do Padis.
- Construção do banco de dados de consultores, em Access, a partir dos currículos recebidos com o edital de convocação de consultoria para o Padis.
- Formação do Paranoanet, grupo de discussão criado pelos participantes do V Curso de Comunicação e Meio Ambiente.

Publicações

- Confecção do panfleto institucional do IIEB e do panfleto do PADIS;
- Confecção dos questionários de demanda sobre desenvolvimento institucional e investimento ambiental;
- O IIEB lançou o livro *Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira: Situação Atual, Desafios e Perspectivas*, em parceria com o Laboratório Socioagronômico do Tocantins (LASAT) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), com apoio do GTZ.



Pesquisa

- Em janeiro de 2001, foram encaminhados a mais de cinco mil prefeituras brasileiras, bem como a ONGs e empresas privadas de todo o País, questionários sobre necessidades em desenvolvimento institucional de ONGs ambientalistas e estudo sobre investimento ambiental no âmbitodo Padis.

Equipe

Composição

- Em 2001, o IIEB sofreu uma considerável ampliação no quadro de funcionários, de cinco para onze, com a contratação de dois coordenadores de programas, dois auxiliares financeiros, uma recepcionista e uma estagiária.

Capacidade Operacional

O espaço físico do IIEB também foi ampliado no ano de 2001. A instituição passou a ocupar mais três salas do espaço físico.

Vários equipamentos foram adquiridos, ao longo do ano, para atenderem às crescentes demandas operacionais ocasionadas pelo aumento de atividades da instituição e, conseqüentemente, da equipe. Foram adquiridos 8 computadores, 1 impressora, 2 lap tops, 1 gravadora de CD, 1 máquina fotográfica digital, 1 programa de computador, além de itens diversos de mobília para escritório.

Perspectivas da Gerência Institucional para 2002

Em 2002, a Gerência Institucional pretende ampliar a capacidade de comunicação do IIEB, a fim de dar maior visibilidade às ações do próprio Instituto e dos programas desenvolvidos. Dentre as estratégias escolhidas, está o desenvolvimento de uma linha editorial para sistematizar e publicar o conhecimento gerado pelo IIEB por meio de seus programas.

Além disso, a partir de 2002, a Gerência Institucional passará a acumular a responsabilidade pela contratação dos consultores e professores dos programas do IIEB.

Formação contínua da equipe

Capacitação/Eventos

Reunião Anual dos Parceiros da USAID
6 a 9 de dezembro de 2001
Salinas, PA – USAID.

Annual New Ventures Investor Forum in Latin America
4 a 5 outubro de 2001
Angra do Reis, RJ – New Ventures/WRI.

2001 Open Meeting of the Human Dimensions of Global Environmental Change Research Community
6 a 8 outubro de 2001
Rio de Janeiro, RJ – Center for International Earth Science Network (CIESIN), Columbia University.

Curso de Gerenciamento de Organização da Sociedade Civil
5 a 11 de agosto de 2001
San Bernardino, Paraguay – Centro Internacional de Capacitação de Organizações Ambientalistas e de Desenvolvimento – CICOAM.

Informática: Lógica de Programação
7 a 24 de maio de 2001
Brasília, DF – SENAC/Brasília.

Informática: Banco de Dados
20 de agosto a 4 de outubro de 2001
Brasília, DF – SENAC/Brasília.

Informática: aulas particulares de Excel para a equipe de apoio
agosto 2001
Na sede do IIEB.

Línguas: Inglês Básico para a equipe de apoio
agosto a dezembro de 2001
Brasília, DF – Escola English House.

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
SCS - Quadra 6 - Edif. Bandeirantes 4º
70300-968 Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 08850
Telefone (061) 224-8387
Fax (061) 226-7098

Parecer dos auditores independentes

23 de abril de 2002

Ao Conselho Diretor
Instituto Internacional de Educação do Brasil

1 Examinamos os balanços patrimoniais do Instituto Internacional de Educação do Brasil em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 e as correspondentes demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Internacional de Educação do Brasil em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 e o superávit das operações, as mutações do patrimônio social e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil .

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" DF

Paulo Sergio Miron
Sócio
Contador CRC 1SP173647/O-5 "S" DF

Instituto Internacional de Educação do Brasil

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	**2001**	**2000**
Circulante		
Disponibilidades		
Bancos conta-movimento	56.504	17.403
Aplicações financeiras	475.671	12.077
Contratos assinados a receber	1.389.514	645.140
(-) Receitas a apropriar de contratos assinados a receber	(1.389.514)	(645.140)
Créditos diversos	1.433	100
	533.608	29.580
Realizável a Longo Prazo		
Contratos assinados a receber	3.422.172	1.340.280
(-) Receitas a apropriar de contratos assinados a receber	(3.422.172)	(1.340.280)
Permanente		
Imobilizado	42.503	19.175
Total do Ativo	576.111	48.755
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Provisões e encargos trabalhistas	28.141	3.864
Obrigações com projetos	296.590	
Obrigações a repassar por contratos assinados	1.389.514	645.140
(-) Custo a apropriar dos contratos assinados	(1.389.514)	(645.140)
	324.731	3.864
Exigível a Longo Prazo		
Obrigações a repassar por contratos assinados	3.422.172	1.340.280
(-) Custo a apropriar dos contratos assinados	(3.422.172)	(1.340.280)
Patrimônio social		
Patrimônio social	44.891	24.222
Superávit acumulado	206.489	20.669
Total do Passivo e Patrimônio Social	576.111	48.755

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Internacional de Educação do Brasil

Demonstração do superávit
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2001	2000
Receitas		
Doações específicas para projetos	1.683.859	418.769
Taxa de administração	199.661	
Financeiras	54.936	2.591
Outras	9.446	1.240
	1.947.902	422.600
Despesas		
Com projetos	1.683.258	399.487
Administrativas	47.015	
Financeiras	10.740	2.444
	1.741.413	401.931
Superávit do exercício	206.489	20.669

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Internacional de Educação do Brasil

Demonstração das mutações do patrimônio social
Em reais

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2000	24.222		24.222
Superávit do exercício		20.669	20.669
Saldo em 31 de dezembro de 2000	**24.222**	**20.669**	**44.891**
Incorporação do superávit ao patrimônio social	20.669	(20.669)	
Superávit do exercício		206.489	206.489
Saldo em 31 de dezembro	**44.891**	**206.489**	**251.380**

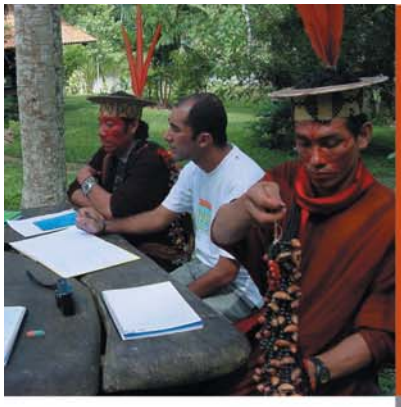
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

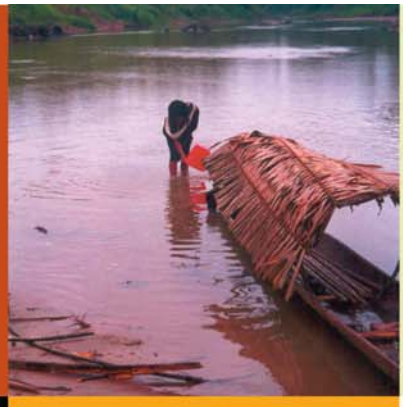
Instituto Internacional de Educação do Brasil

Demonstração das origens e aplicações de recursos
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2001	2000
Origens dos recursos		
Das operações sociais		
Superávit do exercício	206.489	20.669
Despesa que não afeta o capital circulante		
Depreciação	4.454	1.163
Total dos recursos obtidos	210.943	21.832
Aplicações de recursos		
No ativo permanente	27.782	20.338
Total dos recursos obtidos	27.782	20.338
Aumento no capital circulante	183.161	1.494
Variação do capital circulante		
Ativo circulante		
No fim do exercício	533.608	29.580
No início do exercício	29.580	24.222
	504.028	5.358
Passivo circulante		
No fim do exercício	324.731	3.864
No início do exercício	3.864	
	320.867	3.864
Aumento no capital circulante	183.161	1.494

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





IIEB

SHCN/CL 202 – Bloco B
Ed. Mônaco Center, sala 105
CEP 70832-525 – Brasília/DF
Tel: (61) 327-7525
Fax: (61) 328-5933
E-mail: iieb@iieb.org.br
www.iieb.org.br

Instituto Internacional de Educação do Brasil

Nossos parceiros apoiadores

Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil

United States Agency for International Development (USAID)

Nossos parceiros de execução

Research Foundation of State University of New York – Suny International Development Group

Instituto Brasileiro de Estudos e Negócios Sustentáveis (IBENS)

WWF – Brasil

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (ESALQ-USP)